

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

MEMORIAL DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

Darlei Dall'Agnol

Florianópolis, março de 2017.

Sumário

Introdução	03
1ª Parte: A minha formação filosófica	05
1.1 - Seminário Aparecida: o despertar do meu interesse pela filosofia	05
1.2 - Graduação, Especialização e início do magistério na UCS	11
1.3 - Do concurso de Ética na UFSC ao final do doutorado (PhD) na Inglaterra	21
2ª Parte: A consolidação da carreira acadêmica	27
2.1 - A retomada das atividades na UFSC: 2000-2006	27
2.2 - Primeiro pós-doutorado: Ann Arbor, Michigan	37
2.3 - De 2007 a 2014: foco centrado pesquisa e pós-graduação	41
2.4 - Segundo pós-doutorado: Oxford, UK	49
2.5 - A repercussão internacional da minha carreira acadêmica (2016 ...)	51
3ª parte: Como vejo, hoje, a filosofia	56
Considerações finais	74

Introdução

O objetivo central deste Memorial é fazer uma reconstituição de toda a minha trajetória acadêmica incluindo, principalmente, as atividades de ensino, pesquisa e extensão como condição parcial para a progressão ao cargo de Professor Titular de Carreira na Universidade Federal de Santa Catarina. Esta apresentação poderia ser feita de diversas maneiras, a saber, por ordem cronológica, por tipos de atividade etc. Optei por apresentar, inicialmente, um retrato que mostre meu desenvolvimento filosófico (uma espécie de autobiografia intelectual) e, posteriormente, um breve ensaio sobre como vejo, hoje, a filosofia. Essa não é uma tarefa simples, pois engloba mais de trinta anos de atividades. Por isso, limito-me a apresentar aquilo que considero o mais significativo com as devidas comprovações em anexo.

Para alcançar esse objetivo, dividirei este trabalho em três partes. Na primeira, farei uma breve nota autobiográfica centrada no despertar do meu interesse pela filosofia, os anos de formação acadêmica, o início do magistério e a realização do concurso para a disciplina de Ética na Universidade Federal de Santa Catarina, o qual determinou, para o bem ou para o mal, uma especialização nas minhas atividades acadêmicas subsequentes até o presente. Na segunda parte, apresentarei as atividades feitas a partir do final do meu doutorado, em 2000, que mostram a consolidação da minha carreira acadêmica bem como a sua repercussão nacional e até mesmo internacional. Na terceira parte, apresentarei uma visão panorâmica de como vejo, hoje, a filosofia resgatando as principais ideias desenvolvidas ao longo da minha trajetória acadêmica.

Para orientar a leitura, vou sintetizar agora a minha percepção dessa trajetória nestes termos: eu comecei a trabalhar como Professor Assistente na Universidade de Caxias do Sul (RS), ensinando Metodologia Científica, depois de graduar-me, em março de 1987; concomitantemente, fiz um curso de Especialização em Filosofia (basicamente, em Fenomenologia); de 1988 a 1992, fiz Mestrado em Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul defendendo uma dissertação sobre o sentido ético do *Tractatus* de Wittgenstein usando uma chave interpretativa kantiana; em 1994, deixei o trabalho de professor horista na UCS e assumi uma vaga, com Dedicção Exclusiva, de Professor Assistente na Universidade Federal de Santa Catarina, na área de Ética, fato este que determinou meu perfil acadêmico atual na maioria das atividades de ensino, pesquisa e extensão; entre 1996 e 2000, fiz Doutorado em Filosofia na University of Bristol, na

Inglaterra, com uma tese sobre o conceito de valor intrínseco desenvolvendo um enfoque aristotélico-mooreano; criei algumas revistas filosóficas incluindo a *Conjectura* e a *ethic@* e coordeno, atualmente, a Série Ethica da EDUFSC; a partir de 2004, tornei-me pesquisador do CNPq, posição esta que mantenho até hoje tendo obtido até agora a classificação 1C, o que mostra certo reconhecimento nacional do meu trabalho; fiz dois pós-doutoramentos, o primeiro na University of Michigan (US, 2006-7), onde desenvolvi uma teoria na área da epistemologia moral, a saber, o cognitivismo prático, e o outro na University of Oxford (UK, 2015) onde apliquei-a a uma série de problemas bioéticos. Recentemente, fui convidado para participar de um consórcio global de pesquisa chamado *O3 Our Brain, Ourselves, Our World*, liderado pela professora Ilina Singh da University of Oxford e também recebi um convite para ser *Visiting Scholar* nos EUA com apoio da Fulbright, de setembro de 2017 a janeiro de 2018. Considero esses dois convites uma evidência do reconhecimento internacional do meu trabalho filosófico. As principais ideias filosóficas dos meus trabalhos acadêmicos serão expostas ao longo deste Memorial Descritivo e maiores detalhes bibliográficos sobre os artigos, capítulos de livros, livros, orientações de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Pós-doutorado, projetos de pesquisa e extensão, cargos de chefia e coordenação de cursos etc. podem ser verificados no meu Lattes.

PRIMEIRA PARTE:
A minha formação filosófica

1.1 – *Seminário Aparecida: o despertar do meu interesse pela filosofia*

Antes de reconstruir o surgimento do meu interesse explícito pela filosofia, farei algumas breves notas autobiográficas. Posteriormente, vou ater-me aos aspectos profissionais. Nasci no dia 22 de janeiro de 1965 no Hospital Aparecida da vila Paraí, então pertencente ao município de Nova Prata – RS. Sou filho mais velho de Delísio Dall’Agnol e Fidélia Ana Trevisan Dall’Agnol e tenho duas irmãs (Cimone Áorea Dall’Agnol e Sandra Dall’Agnol Franzosi) e um irmão (Daniel Dall’Agnol). Estou, atualmente, casado com Milene Consenso Tonetto e tenho dois filhos (Gustavo Fornari Dall’Agnol, do meu primeiro casamento, com 25 anos de idade que acabou, recentemente, Mestrado em Economia Política Internacional no Instituto de Economia da UFRJ) e Juliana Tonetto Dall’Agnol, com 8 anos.

Quando eu tinha 2 anos de idade, meus pais mudaram-se para Seara, no oeste de SC, em busca de melhores condições de vida. Minhas primeiras memórias são as de estar brincando com minhas irmãs e alguns primos e amigos. Tenho lembranças remotas de estar pescando com minhas irmãs, jogando futebol com amigos, comendo frutas nos vizinhos com meus primos etc. Minha infância foi relativamente simples e normal, exceto pelas constantes internações de meu pai por “crises nervosas,” diagnosticado mais tarde com algum tipo de esquizofrenia por ter tido alucinações, cujas manifestações tornaram-se menos frequentes ao longo do tempo pelo uso constante de medicamentos e, até onde posso ver, pela contínua perda de responsabilidades. Meu pai era, frequentemente, levado para o Hospital Colônia Santana, em Florianópolis, e aposentou-se cedo por invalidez. Lembro-me de ter muito medo dele e, principalmente, receio de tornar-me igual. Não sei até que ponto o meu interesse pela filosofia pode ter tido alguma conexão com esses fatos, mas a concepção da filosofia como terapia exerceria uma influência importante sobre mim mais tarde quando descobri Wittgenstein. Hoje, compreendo que se trata de um equívoco e retornarei a esse ponto mais adiante (item 2.2). Naquele período, meu tio Mauro Trevisan ajudou bastante a minha família e cedo me incentivou a estudar levando-me livrinhos para ler. Talvez ali tenha nascido minha paixão por livros, certamente, uma das maiores que ainda tenho. Lembro-me, vagamente, de discutir com meu colega de escola Moacir Baú sobre como seria o mundo se nada existisse (eu separava as mãos alguns centímetros uma da outra e mostrava o espaço entre elas como “prova” que seria

possível nada existir). Somente mais tarde identifiquei essa questão com a pergunta central da metafísica (por que há o ente e não antes nada?), o que mostra que talvez tenhamos uma tendência natural a colocar questões que não podemos mesmo responder. Naquele tempo, não havia apenas a corrida armamentista em plena Guerra Fria que nos assustava com a ameaça da extinção da humanidade, mas também previsões escatológicas sobre o fim do mundo na virada do século. Também daquela época, lembro-me do fascínio por tentar entender a noção de infinito brincando que deveria existir um céu sobre a cabeça de Deus assim como existia um sobre a nossa e assim indefinidamente. Em discussões com Moacir sobre quem conseguiria ser mais importante na vida, lembro-me de ter decidido tornar-me astronauta (já moda entre os jovens) e querer ir para a lua ou ser Papa. Considerava, naquela época, por influência católica da minha mãe, o Papa a pessoa mais importante do mundo.

Aos 10 anos, sai da casa paterna indo morar novamente em Paraí, agora já município, com minha avó Rita Dall’Pozzo Trevisan e meu tio Mauro que a essa altura exercia a “função pai” para mim. Fiquei quase um ano sem ver meus pais biológicos. Por influência de Mauro, que foi seminarista, de minha avó, que queria algum padre na família, e do vigário Pe. Félix Busatta, que distribuía santinhos para quem participava de todas as missas semanais e que colecionei, decidi tornar-me padre. Assim, com 12 anos, entrei no Seminário Nossa Senhora Aparecida, em Caxias do Sul. Meus pais voltaram, em 1979, a morar em Paraí e eu os visitava frequentemente ajudando-os nas mais diversas atividades da criação de gado leiteiro no Sítio da Canhada, mas também estudava muito durante as férias escolares para procurar dar-lhes uma vida melhor. Ainda temos o sítio que desde aquela época ajudei a reflorestar com araucárias, pinus e eucaliptos. Recordo, por exemplo, de ter lido naqueles anos os livros *O Existencialismo e Outros Mitos de Nosso Tempo*, de Alceu Amoroso Lima, e *Sombras de Medo Sobre o Século XX*, de Emmanuel Mounier, ambos da Livraria *Agir* Editôra, do Rio de Janeiro, e uma série de outros. Esses livros me motivaram a estudar filosofia seriamente ainda no Ensino Médio produzindo profundas crises intelectuais e existenciais.

Passei toda a minha adolescência no seminário (dos 12 aos 17 anos). Os primeiros anos foram tranquilos fazendo novas amizades, participando de vários esportes, estudando mais e mais, desenvolvendo habilidades em diversas atividades tais como: aprender a tocar violão, a dirigir máquinas agrícolas (Tobbata), a executar várias tarefas domésticas etc. No Ensino Médio, comecei a “devorar” livros de aventura, literatura e filosofia. Além de vários livros da literatura nacional de José de Alencar, Machado de

Assis etc., lembro de ter lido quase todos os livros de Karl May, em especial, a clássica trilogia *Winnetou*. Recordo-me também de ler vários livros de astronomia e ficar fascinado com as grandezas numéricas. Decidi, então, que iria descobrir o fim do universo. O conceito de infinito fascinava-me. Nas horas de estudo, ao invés de fazer as tarefas das disciplinas, passava as horas lendo literatura. Até mesmo nas aulas de matemática ou física do professor Giraldi ficava lendo enquanto ele ditava a matéria. De vez em quando, jogava xadrez com ele enquanto os outros alunos resolviam os exercícios. Preferia ler outras coisas e escrever. Até hoje tenho guardado um caderno velho que intitulei *Crestomatia* onde escrevi pequenos textos tais como “Átomos para a paz” (sobre corrida armamentista, datado de 09.01.1981), “Manipulação biológica do homem” etc. Este último foi baseado no livro *O Ano 2000*, de Herman Kahn e Anthony J. Wiener, e alertou-me para os meios de controle educacional e modos biológicos, químicos e médicos para afetar não só a nossa psicologia, saúde e longevidade, mas também a constituição genética dos futuros seres humanos, tema atualmente muito discutido na bioética e que ainda me interessa sobremaneira. O livro trata também, brevemente, das ideologias e da alienação a partir do marxismo, levando-me a questionar a educação seminarística. Anotei no referido caderno: “com o uso de agentes químicos de controle do cérebro pode ser possível controlar o indivíduo e as massas, fazer tudo isso desembaraçadamente, sem a cooperação ativa das vítimas...” Imediatamente, comecei a questionar-me se não era exatamente esse tipo de controle que estaria sendo feito pelos padres e se eu próprio não seria uma das vítimas de alguma “lavagem cerebral.” Um texto meu daquela época, baseado em *Os Sertões* de Euclides da Cunha (que li e anotei todas as palavras que desconhecia o significado procurando-as no dicionário), começa assim: “Leia incôscio seminarista para não sucumbir em aberrações de gnósticos broncos. Em seu âmago você não percebe, mas está sendo delineado por haxixes intelectuais adrede preparadas por seus êmulos.” Procurava, então, conscientizar meus colegas sobre o controle mental que os padres poderiam estar exercendo sobre nós. Foi um período de intensos questionamentos sobre mim mesmo, sobre o lugar da religião na minha vida, sobre o meu papel na sociedade e sobre a minha missão no mundo. Comecei, então, a cogitar a saída do seminário, mas este não foi um fator determinante para tal acontecimento e, além disso, minha mãe foi contrária defendendo que eu deveria permanecer até terminar o Ensino Médio. Minha mãe sempre teve um papel fundamental de motivação para os meus estudos.

Foi naquele período que tomei contato oficialmente com a filosofia. Meu professor do segundo ano do Ensino Médio, Pe. Lúcio Baumgaertner, usava o livro *Trabalho Dirigido de Filosofia*, de Mário Parisi e Gilberto Cotrim na disciplina “Introdução à Filosofia” no 2º e 3º anos. Trata-se de um livro bastante simples de apresentação de todas as áreas da filosofia desde uma perspectiva histórica, não apenas ocidental, mas também oriental, com extratos de textos de filósofos, com muitas ilustrações, exercícios diversos, jogos de xadrez de palavras, questões dissertativas etc. Lembro de dedicar-me bastante ao livro e de apaixonar-me mais e mais pelos desafios intelectuais por ele lançados. A discussão mais intensa foi, naturalmente, a das vias para a existência de Deus a partir da filosofia tomista, não apenas com o professor da disciplina, mas, mais tarde, com o reitor do seminário Pe. Mário Pedrotti, que comentarei a seguir. Foi também naquele período que, influenciado por um colega do seminário, inscrevi-me como “professor” no Círculo do Livro, das Edições de Ouro da Editora Tecnoprint, e para cada 6 ou 7 livros que conseguia vender aos colegas ganhava um grátis. Li muitos desses livros, por exemplo, *Pai, me compra um amigo?* que ainda guardo comigo. Decidi, então, que, além de ser padre, queria ser professor de verdade. Naquele período, escrevi e publiquei dois artigos na revista *Rumos* do Seminário Aparecida, em 1982: um trabalho sobre a educação discutindo as diferenças entre a “educação bancária” e a “educação autônoma” a partir de Paulo Freire (Março-Abril, N.40) e outro sobre corrida armamentista (Maio-Junho, N.41). Depois de publicá-los, sentia-me alguém importante que poderia ser “útil” para as outras pessoas chegando inclusive a assinar-me –por influência da minha primeira professora– “Darley” nos artigos da *Rumos*, grafia que abandonei mais tarde. Participava ativamente da edição da revista *Rumos*, que era impressa na gráfica do seminário. Essa experiência qualificou-me e, certamente, influenciou minhas atividades posteriores na filosofia quando reabilitei o *Jornal Filo* durante a graduação na UCS, editei a revista *Conjectura* quando comecei a lecionar e criei, anos mais tarde, a revista *ethic@* e a *Série Ethica* na UFSC.

O terceiro ano do Ensino Médio foi particularmente importante na minha vida. Primeiro, porque fui eleito presidente do GEA (Grêmio Estudantil Aparecida) o que me levou a ter muitos conflitos com os padres do seminário. O reitor, logo no início da minha gestão, tentou proibir as apresentações de teatro fora do seminário, isto é, nas comunidades de Caxias do Sul, mesmo que fossem peças como “Cristificação do Universo: Hosana-Hey,” baseada no pensamento de Teilhard de Chardin, onde eu próprio atuava. Também restringi as saídas para missas nos bairros próximos onde tocávamos

violão animando as celebrações. A presidência do GEA colocou-me em contato direto com a UCES (União Caxiense de Estudantes Secundaristas) e logo comecei a discutir socialismo e comunismo com os estudantes e a revoltar-me contra a direção do seminário. Por causa das restrições feitas pelos padres, organizei uma espécie de “greve” no Seminário Aparecida: no horário de trabalho, ficávamos reunidos na quadra de futebol, sentados, discutindo a importância das nossas saídas para as comunidades. O conflito foi intermediado pelo bispo Dom Paulo Moretto, por solicitação nossa. Numa conversa, destacou as minhas qualidades que registrei num pequeno texto no caderno *Crestomatia* num tópico chamado “Carismas” (inteligência, sensibilidade política, liderança, amor à leitura), mas também meus vícios (agressividade, demasiado amor à liberdade e insubordinação às autoridades). Naquele momento, considerei todas qualidades e numa conversa com o professor de psicologia, Luiz Antonio Rizzon, entendi que certa agressividade era necessária e até mesmo positiva para a sobrevivência humana. Penso que essa crença tornou-me um pouco autoritário em alguns momentos da vida e somente recentemente consegui superá-la. O fim da revolta somente deu-se com meu afastamento do GEA e do próprio seminário, mas com o compromisso explícito do reitor de permitir-me frequentar as aulas até terminar o Ensino Médio. Desse modo, fiz inscrição, no final de 1982, no vestibular da UCS, para Licenciatura em Filosofia e não no curso especial de Bacharelado em Filosofia para Seminaristas que durava apenas dois anos e não era efetivamente concluído pelos alunos.

Em segundo lugar, comecei a desenvolver certa desconfiança no exercício do sacerdócio e na própria Igreja Católica. O Pe. Mário, reitor do seminário, era bastante moralista, mas, ao mesmo tempo, eu desconfiava que suas ações revelavam certa hipocrisia e que era até mesmo cínico. Pregava distância das mulheres quando íamos para as férias, porque, segundo ele, eram fonte de pecado (o que pode ter criado certo sentimento misógino em mim que demorei para superar), mas também fazia o oposto: não foi somente no seminário que descobri que ele tinha relações com uma freira, mas, anos mais tarde, com uma psicóloga. Foi, então, que entendi plenamente porque ele orgulhava-se de dizer que fizera votos de celibato, mas não de castidade. Desde então, acredito que a Igreja Católica deveria abandonar essa exigência que leva a muitos males, inclusive a muitos casos de pedofilia, e também permitir que o sacerdócio seja exercido por mulheres.

Em terceiro lugar, li no meu último ano do Ensino Médio, com apenas 17 anos, o livro *Porque não sou cristão*, de Bertrand Russell. Este foi o livro mais importante que

descobri naquele ano e que me influenciou profundamente. Em especial, chamou-me a atenção a discussão sobre a nova lógica e a confrontação com as tradicionais vias tomistas para a existência de Deus defendidas pelo padre Copleston num debate com o próprio Russell na BBC. Esse livro abalou todas as minhas convicções religiosas e serviu de base para discussões acirradas com o Pe. Mário e o Pe. Michelini, este último professor de grego e latim, e também com outros professores. Lembro-me, principalmente, da tese de que o sentimento religioso está baseado no medo e que, então, pensava: “somente não desistirei de ser padre se for covarde.” Uma pesquisa sobre quem era Bertrand Russell, revelou-me já naquela época, a figura do “livre pensador.” Desejei tornar-me um e ainda hoje guardo certo descompromisso com filósofos e filosofias particulares e alimento a vontade de ser livre pensador. Uma pequena amostra encontra-se na terceira parte deste Memorial. Também lembro de ter intensificado a leitura de outros livros filosóficos, pois na condição de presidente do GEA, tinha a chave da biblioteca e o acesso aos livros doados por padres falecidos e não catalogados, em especial sobre existencialismo cristão, já referidos acima. Não haveria mais, todavia, leitura capaz de demover-me dos argumentos russellianos que mostram que não há *provas* da existência de Deus. A discussão filosófica com meu colega Gilmar Favretto sobre o dito socrático “Sei que nada sei” também foi um acontecimento filosófico marcante naquele ano. Lembro-me de negar que a frase pudesse ser dita coerentemente, pois “quem nada sabe, também *não* sabe que nada sabe,” argumentava eu, enquanto meu colega sustentava que ela podia ser dita sem contradição. De alguma forma, sentia que precisava resolver esse tipo de questão.

Essas foram as principais razões que me fizeram querer cursar filosofia na universidade apesar de “ter (sido) saído” do seminário antes do final do Ensino Médio. A filosofia estava ocupando um lugar central na minha vida e, naquele momento, eu começava a ter também aspirações políticas, pois tinha aderido ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), que então atuava na clandestinidade e pensava que a filosofia era importante para fundamentar a política. O ideal comunista estava ocupando o lugar da religião na minha vida e eu comecei a considerar-me ateu. Participei de dois congressos estudantis importantes (um deles ainda enquanto seminarista, no último ano do Ensino Médio, de estudantes secundaristas em Curitiba, o que me custou uma expulsão por 3 dias, e outro da UNE, no Rio de Janeiro, já como estudante de filosofia). Quando era graduando, continuei a militar no Diretório Acadêmico do Centro de Filosofia, Ciências Humanas e Artes da UCS, mas, paulatinamente, afastei-me das atividades político-partidárias. Embora tenha lutado pela redemocratização do Brasil em 1985, jamais pensei

em revolução armada ou cogitei envolver-me em guerrilhas ou movimentos equivalentes apesar de ter assistido a uma palestra de Frei Betto, por ocasião do lançamento do livro *Batismo de Sangue*, em Caxias do Sul, que me causou certa influência, pois considerava-me mais reformista que revolucionário. Com o aprofundamento dos estudos de graduação e mestrado e o fim do socialismo real em muitos países, em especial na URSS, senti-me desorientado politicamente e passei a dedicar-me mais à “filosofia pura”, isto é, à pesquisa e ao estudo não necessariamente engajado de forma militante e ideológica.

1.2 – Graduação, Especialização e início do magistério na UCS

Em 1983, iniciei o curso de Licenciatura Plena em Filosofia na UCS e também comecei a trabalhar profissionalmente. Eu tinha 18 anos e juntamente com outros fatos (tirar a carteira de motorista etc.) senti que atingira a fase madura da minha vida, ao menos, sentia-me livre. Comecei a pagar as minhas contas e a própria universidade. Estava muito feliz com a nova vida, embora algumas vezes sentia certo desconforto por ter deixado o seminário.

Nos primeiros anos de graduação, fiz as disciplinas da Licenciatura sem dedicar-me muito. Conheci novas pessoas e interagi bastante com alguns colegas. Destaco aqui a amizade com Vera Lúcia Mossmann, hoje professora de filosofia no Ensino Médio em Caxias do Sul. Naquele tempo, o curso tinha uma forte tendência de estudos fenomenológicos (estudei Husserl com o professor Antonio Carlos Kroeff Soares, Heidegger e Merleau-Ponty com o professor Jayme Paviani e Sartre com o professor Lino Casagrande). Também tive influências dos professores de filosofia da ciência, Luis Carlos Bombassaro, e de ética do estoico Victorino Félix Sanson. Este último foi fundamental mais tarde para a elaboração da minha dissertação de mestrado que procurou resgatar a influência estoica, talvez via Spinoza e Shopenhauer, no ator do *Tractatus Logico-philosophicus*. Não tenho recordações significativas da professora e das disciplinas de ética que giravam em torno da Ética da Libertação, de Enrique Dussell. Nos últimos anos da graduação, reduzindo para 6h diárias as atividades na Prefeitura de Caxias do Sul como editor na gráfica, tinha mais tempo para estudar e, então, comecei a destacar-me por diversas razões. Primeiro, porque reabilitei, em 1985, usando a minha experiência de seminário com a revista *Rumos*, uma publicação dos estudantes do curso de graduação que fora editado antes, o *Jornal Filo*, mas que se encontrava desativado. Nele, publiquei um pequeno artigo intitulado “Racionalidade sem Razão” (V.II, N.I) e, principalmente, uma homenagem a um filósofo gaúcho com o título “Ernani Fiori, o intelectual engajado”

(V.III, N.I, 1985, p. 1-3). Naquela época, discutíamos muito o papel do intelectual orgânico. Segundo, trabalhando na Secretaria de Educação da Prefeitura de Caxias do Sul (SMEC), participei de dois Simpósios de Educação (em 1985 e 86) e envolvi-me na editoração dos anais incluindo textos sobre “Educação e Democracia” que discutiam a obra de Paulo Freire, que participou de um dos eventos. Na Prefeitura, editei o Informativo Caxias Cultural, Informativo SMEC, Informativo do Museu Municipal (Caleidoscópio), livros de Contos, Crônicas e Poesias etc. Essas atividades também me motivaram a seguir um caminho acadêmico dedicado à filosofia e à educação que, na dúvida de não conseguir, fiz apenas um cursinho de Desenho Arquitetônico no SENAC. Terceiro, comecei a aproximar-me cada vez mais dos professores do curso, em especial de Antonio Carlos Kroeff Soares, que exerceu uma influência bastante grande nos meus estudos sobre lógica e filosofia da ciência. No meu trabalho *Sobre o Faktum da Razão*, publicado originalmente no livro *Filosofia, Lógica e Existência: Homenagem a Antonio Carlos Kroeff Soares* (Caxias do Sul: Educs, 1997) assim resumi a sua influência: “Gostaria de citar, aqui, algumas –não todas– das lições filosóficas que apreendi com ele, enquanto fui aluno e colega na Universidade de Caxias do Sul que jamais esqueci e que tenho tentado praticar: a) ocupar-me de problemas filosóficos e não de filósofos ou filosofias; b) ser rigoroso na análise dos problemas; c) procurar provar as soluções encontradas; d) ter humildade socrática nos resultados; e) discutir sempre; f) viver a filosofia. Espero ter aprendido e poder continuar a praticar aperfeiçoando cada vez mais estes ensinamentos. Ao Antônio Carlos, que já possui uma vida feliz no sentido aristotélico, votos de que seja longa.” Foi por influência de Antônio Carlos Kroeff Soares que comecei a estudar filosofia da ciência, principalmente, as obras de Popper, Kuhn e Lakatos que me capacitaram a lecionar Metodologia Científica assim que me formasse. A indicação oficial ao Chefe de Departamento para que isso ocorresse partiu, todavia, do professor Jayme Paviani e foi apoiada pelo professor Antonio Carlos que a essas alturas tornara-se alguém próximo, principalmente, por eu ter tomado o seu partido na defesa de um curso de filosofia temático com muitas disciplinas optativas e não monográfico, ou seja, baseado em manuais. Entretanto, acredito que o motivo principal ocorreu numa disciplina no último semestre sobre Heidegger. O professor Paviani havia solicitado que lêssemos um pequeno texto de Heidegger, se não estou enganado, trata-se de “O que é isto – Filosofia?”, traduzido por Ernildo Stein e publicado na Coleção *Os Pensadores* que eu havia adquirido na sua edição completa, capa cinza, de 67 volumes, em 16.05.84, pagando-a em 10 vezes a um revendedor da Abril Cultural. Eu não apenas tinha sido o

único aluno a ler o texto, como também tinha feito um esquema, resumindo-o. Ao vê-lo, o Prof. Paviani solicitou que o colocasse no quadro e explicasse aos demais alunos. Quando terminei, não apenas fui aplaudido, mas também ouvi do Prof. Paviani mais ou menos essas palavras: “Essa é a universidade que sonho todos os dias! Alunos que leiam e se preparam para serem futuros professores. Todos vocês deveriam ter essa ambição!” Ao final do semestre, precisando de professores para a disciplina do Ciclo Básico, chamada “Metodologia Científica”, obrigatória para todos os cursos da universidade, fui indicado, antes mesmo que me formasse oficialmente, com apenas 21 anos, para o cargo. Comecei a lecionar no dia 09 de março de 1987 numa turma que teve inclusive um aluno que foi à cerimônia de formatura realizada, no dia 15 de março, que me causou certo constrangimento na aula seguinte ao informar-me de sua presença naquele evento. O lema no convite de formatura, por indicação minha, foi a frase heideggeriana “Mais alta que a realidade está a possibilidade,” (*Ser e Tempo*, §7) o que mostra a forte influência que a fenomenologia teve na minha graduação. Essa influência pode ser encontrada também no meu trabalho para a disciplina PEES II em Filosofia, Psicologia e Sociologia, uma forma de estágio, apresentado no final de 1986 como curso de 40h de *extensão* para meus colegas, para o qual produzi um texto de 59 páginas intitulado “Fenomenologia e a Questão do Método nas Ciências Humanas,” meu primeiro “livrinho” que deverá permanecer não publicado para sempre, mas que guardo com carinho. A ideia central era aplicar o “ver fenomenológico” para captar a essência do ser humano e usá-la para resolver os problemas das ciências humanas, principalmente, para superar a ideologização na psicologia, da sociologia e da história nos seus múltiplos “ismos” que contaminavam essa área do conhecimento mantendo aberta a pretensão de um conhecimento puro. Conforme disse acima, estava buscando um modo de fazer filosofia não mais engajado de forma política e militante.

O ano de 1987 foi bastante tenso e intenso. Não apenas comecei a lecionar cadeiras de Metodologia Científica sem nenhuma experiência docente anterior (o que no início deve ter causado certa desconfiança em muitos alunos), que comentarei mais a seguir, mas também fiz concomitantemente uma pós-graduação, a saber, Especialização em Filosofia, centrada em estudos fenomenológicos, como pode ser constatado no programa no verso do certificado. Embora tivesse lido partes de *Ser e Tempo* de Heidegger e do livro *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty, foi o estudo dos trabalhos de Edmund Husserl que ocupou a maior parte das pesquisas para a Especialização. Além de adquirir, ler e reler o livro *A Ideia da Fenomenologia* do próprio

Husserl naquele ano, usei muito o livro de J. Fragata *A Fenomenologia de Husserl* que faz uma apresentação panorâmica do método fenomenológico. Naquela época, eu tentava praticá-lo da seguinte maneira: primeiro, fazendo a redução transcendental (isto é, deixando de considerar os objetos em si mesmos e atendo-me ao modo como eles aparecem à consciência), depois procurando fazer a redução eidética, ou seja, a variação dos diferentes aspectos do fenômeno até chegar, eventualmente, à intuição da sua essência para somente depois limitar-me a descrevê-la fenomenologicamente. A tentativa de praticar esse método filosófico levou-me a elaborar um projeto de mestrado e, por indicação e incentivo tanto de Antonio Carlos Kroeff Soares quanto de Jayme Paviani, prestar seleção na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde trabalhava o heideggeriano Ernildo Stein. Comentarei a seguir esse ponto juntamente com o encontro com o meu colega Delamar José Volpato Dutra que conhecera na UCS e com quem sempre mantive uma boa interlocução filosófica.

Enquanto tentava exercitar o ver fenomenológico na filosofia, cuja publicação principal é o artigo “Sobre a Tarefa do Pensar: Uma reflexão com Heidegger”, publicado no primeiro volume da *Conjectura – Revista de Filosofia* (1987), inicialmente uma publicação oficial do Departamento de Filosofia da UCS e, hoje, revista do Centro de Filosofia e Educação daquela universidade, da qual fui o primeiro editor, eu ensinava Metodologia Científica procurando aplicar o método científico desenvolvido por Karl Popper. Para tal objetivo, usava basicamente o livro *Fundamentos de Metodologia Científica*, do ex-professor e naquele momento colega da UCS, José Carlos Köche, que o escrevera especialmente para a disciplina do Ciclo Básico, então já na sua 12ª edição. A sua descrição do método científico dedutivo-falseável é feita por ele nestes passos: inicia-se constatando um *problema* nas teorias existentes que refletem o conhecimento prévio; elaboram-se hipóteses; tiram-se consequências falseáveis e criam-se técnicas de falseabilidade; faz-se a testagem intersubjetiva analisando os resultados e avaliando as hipóteses; caso a hipótese seja refutada, ela será rejeitada; caso a hipótese seja corroborada, ela é provisoriamente aceita e fará parte de uma nova teoria que levará a um novo problema e à uma nova investigação. O saber científico é, portanto, caracterizado em termos da falseabilidade e de forma anti-fundacionista, ao contrário, por exemplo, da própria fenomenologia husserliana que ora fundamenta o conhecimento na consciência pura, de tipo cartesiana, ora na intersubjetividade, ora no mundo-da-vida (*Lebenswelt*). O objetivo central da ciência, enfim, não era confirmar crenças, mas refutá-las. Claramente, hoje, percebo que esse método era aplicado apenas parcialmente nos ensaios de final de

disciplina pelos alunos e alunas e que talvez a única aprendizagem real que tinham eram as técnicas da ABNT para a elaboração e estruturação de trabalhos acadêmicos. No entanto, eu participei durante aquele ano de vários seminários sobre estudos de história e filosofia da ciência onde melhorei substancialmente meu conhecimento sobre os principais epistemólogos contemporâneos mencionados acima. Cheguei inclusive a associar-me à “Sociedade Brasileira de História da Ciência,” com sede em São Paulo. Olhando retrospectivamente, penso que aprendi mais tentando ensinar do que frequentando aulas. Talvez caiba aqui o dito constantemente repetido pelo colega Antonio Carlos como forma de incentivar-me: “é fazendo que se aprende!” A partir de certo momento da minha atividade docente em Caxias do Sul, comecei eu também a lecionar disciplinas sobre temas de fenomenologia. Eu via minha atividade fenomenológica como uma procura para estabelecer os fundamentos da atividade científica e, com certa naturalidade, talvez vendo agora retrospectivamente, de forma pouco crítica, pensava que existia uma complementaridade entre a atividade filosófica e a científica.

Em 1988, com 23 anos, iniciei o Mestrado em Filosofia na UFRGS mudando-me para Porto Alegre e solicitei afastamento da UCS. Fiquei em segundo lugar na seleção, o que me deixou animado com o projeto, perdendo apenas para Sofia Stein. A princípio, pretendia continuar aplicando o método fenomenológico para resolver problemas das ciências humanas sob orientação do professor Ernildo Stein. Todavia, logo no primeiro semestre, matriculei-me numa disciplina sobre o *Tractatus Logico-philosophicus* de Wittgenstein com o professor Balthazar Barbosa Filho. Fiquei fascinado por ambos. Pelo *Tractatus* porque simplesmente não conseguia entendê-lo. Lembro-me de passar o feriadão da Páscoa daquele ano no sítio lendo-o e relendo-o sem compreender quase nada. Claro, eu não tinha tido nenhuma disciplina na graduação sobre Wittgenstein ou filosofia analítica, mas mesmo assim fiz um esforço enorme para entendê-lo. A introdução de Bertrand Russell pouco ajudava, mas eu lembrava que ele tivera uma influência grande sobre mim no seminário e queria estudá-lo mais. Naquele semestre, discuti muito o *Tractatus* com meu colega Róbson Ramos dos Reis, com quem dividia o apartamento e que cursava a mesma disciplina, hoje professor na UFSM, sobre o porquê da insistência wittgensteiniana da maior importância e valor daquilo que não se pode dizer, somente mostrar, a saber, do místico, em especial do ético. Hoje, posso afirmar que foi Wittgenstein quem me converteu da centralidade da lógica e da filosofia da ciência para a primazia da ética. Foi nesse período que me tornei agnóstico, visão e atitude que guardo até hoje. O professor Balthazar fascinava pelas suas aulas tensas (gesticulava muito e

fumava um cigarro atrás do outro), pela sua eloquência e, principalmente, pelo rigor argumentativo. Mais tarde, percebi que as suas aulas se limitavam a expor, embora usando certa chave interpretativa kantiana superando a sua leitura “positivista” anterior, ideias básicas do *Tractatus*, mas eu adquiri uma admiração muito grande pelo seu modo de trabalhar. Considero Balthazar Barbosa Filho um dos melhores professores com quem tive contato mesmo depois de ter estudado na Europa e nos EUA. Mais tarde (2008), dediquei o livro que organizei a convite de Zeljko Loparic (UNICAMP), *Wittgenstein no Brasil*, que reúne textos de importantes filósofos brasileiros sobre a obra de Wittgenstein (José Arthur Giannotti, Arley Moreno, Paulo Margutti e o próprio Balthazar) a ele *in memoriam*. Uma consequência das suas aulas foi a de que, já sentindo dificuldades para atingir intuições eidéticas a partir da fenomenologia, troquei de orientador para estudar Wittgenstein e autores da filosofia analítica. Além disso, Heidegger decepcionava-me cada vez mais e o professor Ernildo Stein, embora tivesse um poder especulativo na filosofia que me impressionava bastante, não seguia um modelo de *tutoria* inglesa como Balthazar fazia. A influência mais forte que Balthazar causou-me, entretanto, foi metodológica: praticar a análise conceitual. Ele limitava-se a apresentar as condições necessárias e suficientes dos conceitos ‘saber’ e ‘ação’, mas eu a apliquei a ‘valor intrínseco,’ ‘saber-como,’ ‘mentir,’ ‘cuidado,’ ‘respeito,’ etc. Voltarei a esse ponto mais adiante. Conversei muito com o então colega de mestrado e hoje colega de departamento na UFSC, Delamar Volpato Dutra, sobre se deveria ou não trocar de orientador. Sentia que, naquele momento, eu precisava do tipo de orientação que Balthazar oferecia e estava realmente procurando um tipo de desafio pessoal que me levasse mais próximo da excelência. Sempre tive, aliás, esse ideal perfeccionista e foi essa aspiração que me levou a fazer doutorado no exterior e a fazer as escolhas que fiz dos estágios de pós-doutoramento. Seguindo conselho de estudar filósofos na língua original, comecei a apreender alemão no Instituto Goethe e a frequentar as palestras filosóficas promovidas naquele lugar pela própria UFRGS que era uma referência nacional em filosofia alemã (Kant, Hegel, Heidegger etc.) naquela época com muitos professores visitantes do exterior.

Um acontecimento bastante importante durante o meu mestrado foi o estudo da obra, naquelas alturas ainda não publicada, mas cujo manuscrito circulava entre os alunos, de Ernst Tugendhat, *Vorlesungen über Ethik* com o professor Ernildo Stein. Juntamente com a autodeclaração do professor Balthazar de ser um “filósofo analítico” e o método de análise usado por Tugendhat no referido livro, seguindo certa orientação

wittgensteiniana, fui começando a nutrir o desejo de eu próprio tornar-me um filósofo analítico. Mantive esse desejo até o doutorado quando percebi os compromissos metafísicos da análise e também que ela é apenas *um* momento do fazer filosófico. O professor Balthazar foi quem me apresentou um método de análise baseado na busca de condições necessárias e suficientes para usar um conceito estabelecendo definições claras. Certamente, essa é uma das maiores virtudes da filosofia analítica. Ele começava as suas aulas com uma aporia entre *saber* e *fazer* e apresentava a definição tradicional de conhecimento nestes termos: A sabe que p se e somente se: i) A acredita que p; ii) p é verdadeira; iii) A tem boas razões para acreditar que p. Fazia o mesmo com o conceito de *ação* e questionava a incompatibilidade entre saber (que pressupõe o determinismo) e fazer (que pressupõe contingência e liberdade). Procurei praticar esse método em toda a minha vida filosófica com certos conceitos tradicionais ou até mesmo propondo outros tais como ‘cuidado respeitoso,’ conforme mostrará a última parte deste Memorial Descritivo.

Ernst Tugendhat, considerado ainda hoje um dos maiores filósofos alemães vivos, fez várias palestras no Instituto Goethe em Porto Alegre naquele período. Eu fiquei fascinado com seu método de fazer filosofia moral, principalmente, pelas suas fortes críticas a Heidegger e elogios à filosofia anglo-saxã e a Wittgenstein revisando constantemente as posições que assumira em trabalhos anteriores. Considerava-o um exemplo de honestidade intelectual. Tugendhat segue uma orientação metodológica de Wittgenstein, a saber, de análise dos *usos* de palavras tais como ‘bom’, ‘correto’ etc., mais especificamente, procura dar conta de como é que se entende uma expressão perguntando-se como se pode explicá-la (*Inv. Fil.* § 560). Mais tarde, descobri que Tugendhat tem uma compreensão parcial do que seja uma análise filosófica. Mesmo assim, fui me distanciando cada vez mais de Heidegger e da fenomenologia por sua influência que também tivera uma formação forte na fenomenologia, mas havia se convertido à filosofia analítica, em 1965, numa visita à Universidade de Michigan. Mais tarde, descobri que outros eminentes pensadores brasileiros, por exemplo Guido de Almeida, também converteram-se da fenomenologia para a filosofia analítica. De fato, pouco aprendi com os três semestres sobre o § 44 de *Ser e Tempo* trabalhados por Ernildo Stein, embora tudo isso resultasse num livro para ele com as nossas contribuições. Anos mais tarde, já na UFSC, convidei Tugendhat para participar de um congresso de filosofia analítica, em 1995, e desde então mantive correspondência com ele discutindo a sua obra. Ainda na UFRGS, cogitei em trabalhar no doutorado a sua ética do respeito universal,

sob orientação de Ernildo Stein, e elaborei o projeto chamado “Análise filosófica da linguagem moral”. Em 2008, organizei um livro em homenagem a Tugendhat intitulado *Verdade e Respeito: A filosofia de Ernst Tugendhat*, publicado na Série Ethica pela Edufsc. Voltarei a esse ponto mais adiante.

Antes de descrever, brevemente, os resultados da minha pesquisa de mestrado, gostaria de apresentar outras atividades desenvolvidas na UCS antes de minha saída em 1994. Por convocação do chefe de departamento e pelo nascimento de meu filho Gustavo Fornari Dall’Agnol, re-assumi o meu cargo de professor na Universidade de Caxias do Sul, voltando a residir naquela cidade no final do meu mestrado. Meu orientador estava, além disso, afastado para pós-doutoramento em Paris. Durante aqueles anos, além das minhas atividades docentes, organizei e coordenei uma série de congressos (Semana Husserl, Semana Wittgenstein, Ciclo de Debates sobre Pesquisa Filosófica, etc.) frequentei outros tantos, em especial, participei no III Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF, promovido em Gramado, em 1988, o qual me despertou para a necessidade de superar o isolamento do Departamento de Filosofia da UCS. Participei também do encontro da ANPOF seguinte, no Rio de Janeiro, em 1990, dessa vez apresentando trabalho sobre dizer e calar no *Tractatus*, entre outras conferências que fiz durante aquele período. Também ministrei um curso sobre filosofia da matemática na Universidade de Passo Fundo, em 1991, cujo texto base está publicado na revista *Chronos*, da UCS, sob o título “Problemas da filosofia da matemática kantiana”. Fiz algumas palestras na Universidade Federal de Pelotas onde atuava o professor Delamar Volpato Dutra que também lecionara na UCS. Finalmente, ministrei um curso sobre a *Crítica da Razão Prática* no Grupo de Estudos da Ordem dos Frades Menores do RS, em Porto Alegre, de 19 a 23 de julho de 1993.

Na Universidade de Caxias do Sul, no âmbito administrativo, fui chefe do Departamento de Filosofia de março de 1989 a julho de 1992 (e também membro do Colegiado do Curso de Filosofia de 03/06/91 a 22/09/92). O principal projeto enquanto chefe, além de lutar pela continuação da publicação da *Conjectura*, que então passava por dificuldades pelas políticas da nova administração na reitoria, foi elaborar um Projeto de um Curso de Mestrado sobre Ética e Filosofia Política juntamente com o Prof. Jayme Paviani que, naquele momento, preferia um Mestrado em Educação. Procurando atingir esse objetivo, convenci a Reitoria da UCS a contratar o Prof. Dr. Raúl Márquez quando então começamos a elaborar as linhas principais de pesquisa do futuro programa de pós. Em busca de reforços para o corpo docente, participei de uma viagem especial a

Universidades Italianas a convite das Instituições da Região do Vêneto no período de 30 de outubro a 20 de novembro de 1991. Fazia todo o sentido para a UCS, situada numa região de imigração italiana, fazer convênios de cooperação com a Itália (consegui também, naquela viagem, os documentos para a minha cidadania italiana). Obtivemos êxito na Università di Padova e o Prof. Dr. Gregório Piaia disponibilizou-se a participar do projeto de pós-graduação. Em 1993, já tendo concluído o meu Mestrado em Filosofia com conceito “A” e tendo sido aprovado no Doutorado em Filosofia na UFRGS com o projeto “Análise filosófica da linguagem moral” (inclusive tendo cursado todos os créditos), lançamos um Curso de Especialização em Filosofia Prática na UCS como forma de criar futuramente um mestrado com a colaboração de vários professores da casa e convidados. Esse projeto não foi levado adiante por causa da minha saída daquela instituição, mas foi reabilitado muitos anos mais tarde e, hoje, a UCS conta com um Mestrado em Filosofia com área de concentração em Ética e Filosofia Política.

No final do ano de 1993, fui aprovado num concurso para a disciplina de Ética na Universidade Federal de Santa Catarina. Fiquei realmente em dúvida se deveria assumir. Primeiro, porque já havia solicitado bolsa de doutorado sanduíche para fazer pesquisa na Università di Padova onde trabalharia com o tradutor italiano das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein e especialista em John Langshaw Austin, a saber, Prof. Renzo Piovesan. A CAPES já tinha inclusive enviado carta concedendo a bolsa. Segundo, por ter a família em Caxias do Sul, pensei que se obtivesse Horário Integral na UCS (contrato de 200h mensais) poderia continuar por lá numa situação financeira estável levando adiante os projetos iniciados. Além disso, tinha iniciado, em 1991, o Curso de Bacharelado em Direito e pensava em poder terminá-lo, embora achasse enfadonhas as aulas expositivas sobre códigos e me interessasse mais pelo conceito de justiça. Todavia, a carta que enviei ao chefe de departamento solicitando o Horário Integral, de 10 de março de 1994, obteve uma resposta negativa por parte da reitoria. Decidi, então, assumir a vaga na UFSC.

Antes de começar a descrever as minhas atividades na UFSC a partir de 14 de abril de 1994, gostaria de apresentar, com alguns detalhes, os resultados da minha pesquisa de mestrado concluída em 1992. O trabalho está agora publicado sob o título “Ética e Linguagem: Uma introdução ao *Tractatus* de Wittgenstein,” em co-edição entre a Edunisinos e a Edufsc, e encontra-se na 3ª edição (2005) estando esgotada atualmente. O objetivo principal do livro é compreender o *sentido ético* do *Tractatus* tal como seu autor definiu-o e acredito ter feito uma interpretação nova da obra como um todo

criticando, principalmente, a leitura positivista contaminada de cientificismo. Para alcançá-lo, resolvi contrastar as posições de Russell e Moore a respeito da ética com as de Wittgenstein escrevendo a dissertação e o livro em formato de diálogo. Começo estabelecendo, como Balthazar fazia nas aulas, os limites do dizível, isto é, reconstruindo kantianamente a concepção de filosofia enquanto “Crítica da Linguagem” procurando as condições apriorísticas de todo e qualquer sistema de representação que tenha sentido, a saber, que os nomes tenham referência a objetos, que estejam combinados segundo a forma da realidade expressa em proposições etc. Chego, então, à distinção entre *dizer* e *mostrar* e estabeleço as suas relações, em especial, que se mostra algo indizível: o místico. Tanto a lógica quanto a ética pertencem ao domínio do místico, isto é, pressupõem que *há* algo, embora isso não possa ser dito com sentido. Baseado nessa distinção, estabeleço outra entre *dizer* e *falar* (subtipo de mostrar) para argumentar que Wittgenstein quer separar ética e ciência e coibir que possamos expressar juízos morais como se fossem proposições, isto é, ele defendeu uma forma de não-cognitivismismo contra o primeiro Russell e, principalmente, contra G. E. Moore. Não se trata, portanto, de qualquer quietismo. Para provar esse ponto, distingo entre um sentido *lógico-filosófico* de ‘calar’, isto é, não figurar proposicionalmente e outro *trivial*, isto é, não falar. Aproveitando os problemas interpretativos do meu orientador que tinha se comprometido com certo verificacionismo e seguindo a chave kantiana indicada pelo comentador Erik Stenius, fiz uma crítica à leitura positivista mostrando que Wittgenstein queria exatamente evitar o cientificismo. Essa foi uma contribuição importante da minha dissertação que permitiu outra distinção entre um *silêncio imoral* e outro *silêncio moral*, agora inspirado em Kierkegaard, que agradou meu orientador e a banca como um todo, argumentando que o sentido ético do *Tractatus* consiste no estabelecimento da demarcação clara entre ciência e ética recusando desse modo projetos fundacionistas, mas não coibindo manifestações cotidianas da moralidade tais como “Você não deve inventar calúnias.” Esse exemplo é tirado do próprio Wittgenstein, da *Conferência sobre Ética*, que traduzi e publiquei a partir da segunda edição do meu livro *Ética e Linguagem* (1995), já pela parceria Edunisinos/Edufsc. A primeira edição foi feita em Caxias do Sul e publicada pela *Pyr Edições* com lançamento na Livraria Mundial, em Pelotas. Retornarei às principais ideias desse trabalho na última parte deste Memorial, mas um bom resumo encontra-se num artigo chamado “What We Cannot Say, We Can and Must Speak About,” por mim apresentado em Kirchberg am Wechsel, na Áustria, em 2004, e publicado nos anais do 27th International Wittgenstein Symposium (que participei com apoio do CNPq), a saber,

em *Experience and Analysis*. Posteriormente, traduzi esse trabalho e ele está, agora, publicado no meu livro *Seguir Regras: Uma introdução às Investigações Filosóficas de Wittgenstein* (2011) como primeiro capítulo sob o título de “Sobre aquilo de que não se pode dizer, deve-se falar.” Enfim, esses foram os principais resultados da minha pesquisa de mestrado. Com o Diploma de Mestre em Filosofia, mas já fazendo doutorado na UFRGS, consegui entrar no Departamento de Filosofia da UFSC.

1.3 – Do concurso de Ética na UFSC ao final do doutorado (PhD) na Inglaterra

Em 1994, separado da minha primeira esposa, Ledamir Fornari, mudei-me para Florianópolis assumindo a vaga na UFSC no dia 14 de abril daquele ano. Além de cumprir as obrigações do cargo, logo comecei a reconsiderar o meu curso de doutorado na UFRGS. Apesar de ter tido bons professores, eu sentia que não daria um salto qualitativo como tinha dado quando fui da UCS para a UFRGS fazer mestrado. Comecei, então, a procurar outras opções. Uma das disciplinas que cursara no doutorado na UFRGS, em 1993, com o professor Marco Zingano, a saber, “Ação e Deliberação em Aristóteles” fora particularmente marcante, mas as outras não (exceto também a de Valério Rodhen que resultou no trabalho já mencionado *O Faktum da Razão*). Nela, apresentei seminário sobre o livro *After Virtue* de MacIntyre e, posteriormente, escolhi um artigo de Enrico Berti sobre a reabilitação da filosofia prática na Alemanha feita a partir da hermenêutica de Gadamer por Riedel e outros para comentar na realização do concurso na UFSC. Desse modo, comecei a interessar-me mais pela chamada “ética de virtudes” de inspiração aristotélica. Ao trabalhar disciplinas de Ética I na UFSC adotei o livro *Ethica Nicomachea* de forma sistemática. Fui, paulatinamente, descobrindo seu enorme valor e hoje considero um dos principais textos de todos os tempos em filosofia prática, embora discorde de muitos pontos. A primeira palestra que apresentei na UFSC, num evento promovido pelo Centro Acadêmico de Filosofia (CAFIL), ainda em 1994, foi “Sobre as relações entre leis e virtudes.” Fiz outras palestras parecidas tratando do tema e algumas publicações relacionadas. Foi por isso também que retomei meus estudos de grego feitos no seminário com o colega Luis Felipe Ribeiro que organizava grupos de estudo e tradução. A principal publicação desse período foi o artigo “Os significados de ‘justiça’ em Aristóteles,” na revista *Dissertatio* (N.3, 1996) onde analiso, no sentido lato do termo, os diferentes significados de ‘justo,’ a saber, além do ‘legal’ e do ‘igual’ as noções de reciprocidade, proporcionalidade, mérito e a epiquéia ou equidade.

A partir de 1994, intensifiquei as minhas pesquisas na área da ética porque o Departamento de Filosofia da UFSC estava planejando implantar um Mestrado em Filosofia e pretendíamos abrir uma área de concentração chamada “Ética e Filosofia Política.” Procurei, então, ampliar meus horizontes teóricos. Naquele mesmo ano, ofereci um minicurso comparando o contratualismo de Tugendhat e de Rawls com o comunitarismo e a ética de virtudes de MacIntyre e a ética discursiva de Habermas, inclusive com uma palestra na Semana de Filosofia da UNISUL, em Tubarão. No ano seguinte, repeti o minicurso no contexto do projeto PROLICEN, em Chapecó. Participei de outros congressos filosóficos tais como: o VI Encontro da ANPOF em Águas de Lindóia e o IV Colóquio Brasileiro sobre Ceticismo, em Florianópolis, onde tomei contato pela primeira vez com o neopirronismo de Oswaldo Porchat e seus discípulos de forma mais sistemática. Fiquei particularmente interessado nas aproximações que faziam com o pensamento wittgensteiniano.

No ano de 1995, além das atividades de ensino, pesquisa e extensão, participei do Colegiado do Curso de Filosofia e de outras comissões que julgava necessário para a aprovação no Estágio Probatório. Fato marcante, naquele ano, foi a discussão da ética do respeito universal com o próprio Ernst Tugendhat durante o III Encontro de Filosofia Analítica, já mencionado acima, e que ajudei a trazer para Florianópolis, realizado no Praia Mole Hotel (Florianópolis). No ano de 1995, li todos os textos de Tugendhat. Foi naquela época que ele começou a rever as suas posições de *Vorlesungen über Ethik* e voltar ao contratualismo que tinha assumido antes em *Drei Vorlesungen*. Além de debater sobre seu trabalho, lembro-me de ter sido desaconselhado a seguir o meu doutorado na UFRGS e ser incentivado a ir para a Alemanha ou para a Inglaterra para concluir meus estudos. Naquele ano, tranquei minha matrícula no doutorado, em Porto Alegre. Foi por isso que, em 1996, aproveitando a vinda do professor Ludger Honnefelder, da Universität Bonn, elaborei uma proposta de pesquisa chamada “*Lex et Virtus: philosophical analysis of moral language*” (no fundo, o mesmo projeto da UFRGS com a tese da compatibilidade entre uma ética de virtudes e uma ética de princípios) para desenvolver na Alemanha. O professor Honnefelder aceitou orientar-me. Além disso, decidi fazer um curso de Inglês na própria Inglaterra (Canterbury, fevereiro de 1996) onde esperava poder entrar em contato com algumas universidades inglesas para fazer doutorado sanduíche ou até mesmo doutorado pleno por lá. Da University of Bristol, já conhecia o professor Andrew Woodfield que fizera uma palestra na UFSC no ano anterior. Visitei-o e ele aconselhou-me a submeter o mesmo projeto naquela universidade. Foi o que fiz e tendo sido aceito

em Bristol fiquei na dúvida entre seguir para a Alemanha ou para a Inglaterra. As minhas correspondências com Tugendhat daquele período convenceram-me da “superioridade” da filosofia inglesa sobre a alemã. Decidi, então, ir para Bristol em agosto de 1996 e solicitei afastamento com ônus parcial da UFSC para cursar doutorado não sabendo se terminaria na Inglaterra ou teria que voltar para a UFRGS.

Favorecido pelo câmbio do início do Plano Real e juntando as minhas economias da bolsa de doutorado da UFRGS, paguei o primeiro ano de doutorado na University of Bristol vivendo modestamente numa casa de estudante (Winkworth House). Foi um ano muito difícil, mas estimulante, convivendo com alunos do mundo todo e participando de outra cultura. Inicialmente, trabalhei com o professor escocês Willie Watts Miller sobre ética de virtudes, mas ele pouco conhecia de filosofia analítica, uma das razões que me levaram à Inglaterra. Cursei diversas disciplinas, em especial, uma sobre o livro *Nicomachean Ethics* e outra com o Professor Keith Graham intitulada “Individual and Community”. Fiquei muitíssimo impressionado com a *clareza* das ideias e exposições do Professor Graham que havia escrito um livro intitulado *J. L. Austin, A critique of Ordinary Language Philosophy*, o qual li e percebi que mostrava bom conhecimento da filosofia analítica, embora mais tarde tivesse se tornado um marxista (ainda que um marxista *analítico*). Decidi trocar, novamente, de orientador, pois Graham fora aluno de Peter Strawson em Oxford e conhecia melhor os autores do meu projeto. Escrevi um texto de umas 100 páginas em inglês chamado *Lex et Virtus: philosophical analysis of moral language* e discuti capítulo por capítulo com ele acabando por delimitar o tema e o problema da futura tese. Como ele pouco conhecia da obra de Tugendhat, decidimos delimitar em torno do pensamento ético de G. E. Moore. Daquele trabalho, o que restou foi apenas o artigo “The Morality of Universal Respect: Recent Work of Ernst Tugendhat,” publicado na revista *Cogito*, na própria Inglaterra, em 1998, (V.12, N.3). Encontrei-me com o próprio Tugendhat, em Londres, durante o doutorado e justifiquei a minha decisão. Ele concordou inclusive por estar revendo constantemente suas posições, ora contratualistas ora mais kantianas. Deu-me de presente o livro *Dialog In Leticia* com a seguinte dedicatória: “Für Darlei Dall Agnol in alter Verbundenheit.” Considero-a um dos maiores elogios que recebi. Disse-lhe, então, que voltaria a trabalhar com sua perspectiva filosófica, o que de fato ocorreu quando organizei o já mencionado livro *Verdade e Respeito* em sua homenagem e que comentarei mais adiante.

No Departamento de Filosofia da University of Bristol acontecia todas as quartas-feiras um “research seminar” para *visiting scholars* e membros do departamento, assim

como estudantes de pós-graduação (Mestrado e Doutorado). Participei de quase todos os encontros tendo tido contato com vários pensadores ingleses e americanos, destacando-se: Bill Child (Oxford); Stephen Mulhall (Essex); Thomas Baldwin (Cambridge); G. A. Gohen (Oxford). Fascinado pelo ambiente filosófico produtivo, pelo estilo não-exegético de filosofar, decidi solicitar à CAPES *complemento* da bolsa de doutorado para concluir o doutorado na Inglaterra.

Tendo conseguido a complementação da bolsa e a renovação do afastamento na UFSC, levei adiante o doutorado na Inglaterra e comecei a trabalhar sobre o conceito de valor intrínseco a partir de G. E. Moore (de fato, não conseguia superar todos os vícios da academia brasileira, embora quisesse fazer *análise filosófica*). Via no conceito de valor intrínseco uma chave para superar a dicotomia entre *Lex et Virtus*, entre uma ética de virtudes e uma ética de princípios. Comentarei abaixo os resultados dessa pesquisa. Nos últimos três anos do meu doutorado em Bristol, meu filho Gustavo veio morar comigo. Ele estudava na escola St. Peter & St. Paul, das 8h30min às 15h30min, então eu tinha tempo suficiente para me dedicar à pesquisa e escrever a tese. Gustavo foi uma ótima companhia e, de alguma forma, devo a ele ter tido a força necessária para terminar o doutorado longe dos demais familiares e amigos brasileiros. Continuei a fazer cursos (*The Moral Life, Theories of Justice, Democratic Theory* etc.) e a frequentar o “research seminar”. Também participei de outros congressos, em especial, *Re-evaluating Ethical Intuitionism*, onde conheci Stephen Darwall, Allan Gibbard, Roger Crisp etc. que se tornariam interlocutores do meu trabalho filosófico nos anos seguintes, em especial, nos dois pós-doutoramentos que descreverei na segunda parte.

No último ano de doutoramento (1999-2000), além de procurar concluir a tese, atuei como tutor de duas disciplinas: *Introduction to Philosophy A* (no primeiro semestre) e *Introduction to Philosophy B* (no segundo semestre). Foi uma experiência enriquecedora, pois consistia em acompanhar uma “Lecture” do “Professor” da disciplina num dia da semana (digamos, na segunda), num auditório com um grande número de alunos, e reunir, num outro dia da semana (quarta), uma turma de 10 alunos para discutir as questões colocadas na “Lecture”, tirar as dúvidas, complementar as exposições etc. No último ano, também submeti um trabalho à APA (*American Philosophical Association*), sessão leste, que foi aceito e apresentei em Boston no final de 1999. Finalmente, eu próprio apresentei uma conferência no “research seminar” intitulado *Intrinsic Value* (08/03/2000) resumindo as principais ideias da minha tese. Lembro, particularmente, das sugestões e críticas do professor Ken O’Day que foram importantes para a elaboração

final da tese. O trabalho foi submetido naquele mesmo semestre e no dia 08/07/2000 defendi a tese perante uma banca composta por Keith Graham (orientador), Thomas Baldwin (membro externo) e Ken O’Day (membro interno). Foi-me concedido o título de doutor em filosofia (PhD) com a indicação de algumas correções que foram prontamente feitas e, posteriormente, aprovadas. No dia 08/03/2001 foi expedido o diploma pela University of Bristol, que encaminhei para o Consulado Brasileiro em Londres para autenticação e, finalmente, para a UFRGS para reconhecimento. No dia 08/03/2002, a UFRGS validou o meu título no exterior para todo o território nacional.

Antes de apresentar as atividades desenvolvidas a partir da minha volta à UFSC em agosto de 2000, gostaria de reconstruir os principais resultados da minha pesquisa de doutorado. A minha tese *Intrinsic Value – Analysing Moore’s Ethics* está publicada pela EDUFSC sob o título *Valor Intrínseco: metaética, ética normativa e ética prática em G. E. Moore* (1ª edição: 2005; 2ª edição: 2014). Talvez a melhor síntese tenha sido feita por Thomas Baldwin, que participou da banca de defesa, como apresentação do livro que está publicada na primeira orelha: “No início do século XX, o jovem filósofo britânico G. E. Moore revitalizou a filosofia moral argumentando, no seu influente tratado *Principia Ethica* (1903), que todos os trabalhos anteriores de ética eram defeituosos, pois cometiam um erro sério – a falácia naturalista. A validade da acusação de Moore permanece sendo discutida até hoje e, no começo do século XXI, é bom dar as boas-vindas a este trabalho feito por um jovem filósofo brasileiro, Darlei Dall’Agnol, que apresenta um modo radicalmente novo de pensar sobre o trabalho de Moore, incluindo a construção de uma versão supostamente válida do argumento da falácia naturalista. Dall’Agnol argumenta que Moore sistematicamente confunde um modo de pensar sobre valores que é abstrato, platônico, com uma perspectiva mais concreta, aristotélica, segundo a qual valor intrínseco é aquilo que é valioso de se ter por si mesmo. Tendo feito essa distinção, Dall’Agnol argumenta que é possível fazer uma reconstrução “aristotélica” da teoria ética de Moore que não é vulnerável a muitas das objeções normais que são feitas a Moore e que proporciona um modo útil e geral de pensar sobre os fundamentos da moralidade. Este parece ser um trabalho muito promissor que melhora nossa compreensão tanto do trabalho de Moore quanto da ética.” De fato, o principal resultado da pesquisa foi apresentar uma análise conceitual, no sentido estrito do termo, das condições de valoração intrínseca. Assim, no caso de “p valoriza x”, a atribuição de valor intrínseco é correta se e somente se: i) p escolhe x; ii) x é precioso (bom, correto, belo, ...) *em si*; iii) p está tendo x *por si mesmo*. Este modelo analítico permitiu-me repensar tanto questões metaéticas

quanto de ética normativa e aplicada tais como: solucionar o aparente Paradoxo da Análise; estabelecer que ‘bom’ somente é indefinível e não-analisável em termos *naturais* e *metafísicos*, mas não *per se*; “fechar” o argumento da questão-aberta, isto é, mostrar que ele não é suficiente para refutar o naturalismo e reconstruir um argumento válido da *falácia naturalística* baseado na noção de erro categorial (EC) capaz de fazê-lo; esclarecer a natureza dos julgamentos de valor intrínseco e apresentar uma forma de realismo ético não-transcendente defendendo-o a partir da noção wittgensteiniana de prova como *mostração* e não como demonstração; vislumbrar uma forma de superar, na ética normativa, as teorias puramente deontológicas (em especial, o intuicionismo) e teleológicas (principalmente, o utilitarismo hedonista clássico) através da tese da não-prioridade entre ‘bom’ e ‘correto’; re-estabelecer tanto o valor intrínseco de atos particulares ditados por regras morais quanto de qualidades morais (*Lex et Virtus*), isto é, virtudes a partir do princípio das totalidades orgânicas. Modéstia a parte, considero que fiz “uma contribuição substancial ao conhecimento” tal como é exigido nas universidades inglesas para conceder o título de PhD a um candidato. Infelizmente, no Brasil, hoje, não temos tal exigência e muitas teses são questionáveis sob o ponto de vista qualitativo. Todavia, devo confessar que tive receio de não concluir o doutorado, pois o próprio chefe de departamento daquela instituição fracassara na tentativa de fazê-lo em outra universidade. Alguns outros resultados teóricos que ainda considero válidos serão apresentados na última parte deste trabalho. Durante o doutorado (e imediatamente depois), publiquei alguns artigos que resultaram da pesquisa. Destaco, aqui, três deles: i) o capítulo “A Falácia Naturalista,” publicado no livro *Argumentos Filosóficos*, organizado por Delamar Dutra e Marco Frangiotti (Florianópolis, Edufsc, 2001); ii) o capítulo “Naturalismo ético e o argumento da questão-aberta,” publicado no livro *Filosofia: diálogo de horizontes, Festschrift* em homenagem a Jayme Paviani, organizado por Heloisa Feltes e Urbano Zilles (Caxias do Sul: Educus 2001); e iii) o verbete “G. E. Moore” no *Dictionary of Literary Biography: British Philosophers (1800-2000)*, organizado por Philip B. Dematteis *et al.* (New York: Thompson Gale, 2002). Mais tarde, eu seria convidado pela *Mind*, talvez a revista mais prestigiada da área da filosofia, a escrever uma resenha ao livro de Susana Nuccetelli & Gary Seay, a saber, *Themes from G. E. Moore: New Essays in Epistemology and Ethics* (V.118, N.471, July 2009). Estas duas últimas publicações representam um reconhecimento internacional incipiente dos resultados da minha pesquisa de doutorado.

SEGUNDA PARTE:

A consolidação da carreira acadêmica

2.1 – A retomada das atividades na UFSC: 2000-2006

Em agosto de 2000, retomei as minhas atividades na UFSC cheio de vontade de trabalhar: continuar pesquisando e ensinar o que havia aprendido nos anos de minha formação filosófica. Finalmente, sentia-me preparado para todos os desafios de uma carreira acadêmica completa, principalmente, na pesquisa e no ensino. No que se segue, não vou mencionar todas as disciplinas que lecionei, os congressos que organizei ou participei, as comissões que integrei, os artigos e livros que escrevi etc. Vou ater-me ao que penso ser o mais relevante das minhas atividades administrativas, de docência, de pesquisa e extensão.

Vou iniciar, então, com aquela que talvez seja a parte mais fraca das minhas atividades acadêmicas: a extensão. Se desconsiderarmos as palestras e participações em bancas em outras cidades e instituições como atividade de extensão (hoje contadas como tal na UFSC), a única atividade de extensão relevante que realizei foi organizar um grupo de estudos chamado SAPE (Seminário de Aprofundamento em Pesquisas Éticas) que funciona desde 2001. Claro, ofereci alguns minicursos em outras instituições, mas tratava-se mais de ensino que propriamente de extensão, embora, novamente, isso conte como extensão no sentido estrito. O objetivo do SAPE, que inicialmente reunia alunos de Iniciação Científica, Mestrandos, Doutorandos etc. sob minha orientação, mas que também é *aberto ao público em geral*, é ler e discutir obras ou artigos fundamentais da área e submeter trabalhos em elaboração dos participantes para discussão e aperfeiçoamento. De fato, houve uma presença pequena de pessoas não ligadas à UFSC nesses anos todos, embora muitos alunos de outros cursos interessaram-se, ao longo do tempo, e participaram das atividades. O grupo ainda reúne-se quinzenalmente, sempre às sextas-feiras de manhã na UFSC, e está hoje na sua 17ª edição quase sempre por mim coordenado. Todas as atividades foram registradas junto ao Departamento de Apoio à Extensão da Pró-Reitoria de Extensão, desde 2001.

A minha primeira atividade administrativa na UFSC foi assumir a Coordenadoria de Pesquisa do Departamento de Filosofia (30/03/2001 a 29/03/2003). Nela, aproveitando as minhas experiências na Prefeitura de Caxias do Sul com editoração, reabilitei o programa de *Pré-Publicações* do DFIL que, naquele momento, estava parado, mas que havia funcionado nos anos em que eu tinha trabalhado na UFSC antes de ir para o

doutoramento. As pré-publicações serviam como relatórios de pesquisa dos professores do Departamento de Filosofia. Uma delas, que eu próprio apresentei no novo formato, chama-se “Crer e Saber: o Absurdo de Moore Analisado por Wittgenstein” e possui a enumeração Ano IX, N. 65. Reuníamos-nos às sextas no período vespertino para discutir os textos e depois íamos à Pizzaria Chico Toicinho. O Departamento de Filosofia era bastante unido em torno de tal atividade acadêmica. Infelizmente, essas sessões não existem mais. Elas, como o próprio nome indica, são importantes para submeter à discussão prévia trabalhos que, posteriormente, podem ser encaminhados para publicação em revistas especializadas ou como capítulos de livros. Como parte das atividades relacionadas com a coordenadoria de pesquisa, participei da Comissão de Seleção e Acompanhamento dos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica da UFSC (PIBIC/CNPq) de 2001-02 e 2002-03, sob a presidência do professor Mauro Luis Vieira.

Outra atividade administrativa que exerci durante aquele período foi a Coordenação do NEFIPO – Núcleo de Ética e Filosofia Política, de 01/09/2001 a 30/08/2003. Minha primeira tarefa foi registrá-lo no CNPq. O núcleo reúne ainda hoje os professores do Departamento de Filosofia da área de filosofia prática e exerce diversas atividades, em especial, dá suporte a duas linhas de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, a saber, Fundamentação da Ação Moral e Teorias da Justiça. Durante a minha coordenação, criamos a revista *ethic@ - An International Journal for Moral Philosophy*. O primeiro número da revista foi publicado em 2002 e a *ethic@* foi a primeira revista brasileira da área da filosofia 100% eletrônica com publicação de livre acesso. Indexei-a ao DOAJ. Fui o primeiro editor por um período de três anos (2002-2004), tendo sido sucedido por Alessandro Pinzani e, posteriormente, por vários outros professores do NEFIPO. Isso foi importante para institucionalizá-la e manter seu sucesso. A revista *ethic@* logo alcançou um reconhecimento bastante grande tendo sido classificada, ainda na minha gestão, no antigo Qualis da CAPES como “International B” juntamente com a *Manuscrito*, revista tradicional do CLE da UNICAMP. Hoje, a revista *ethic@* é A2, ou seja, está no extrato de excelência. De fato, foi uma verdadeira realização com forte reconhecimento, inclusive internacional, pois subscrevi-a no PHILOS-L recebendo várias submissões de trabalhos. Falta-lhe, entretanto, um indexador reconhecido na área tal como o *Philosophers Index*. Outra iniciativa minha importante à frente do NEFIPO foi a criação da *Série Ethica*, coleção de livros publicados pela EDUFSC, assim descrita em cada capa de todos os seus livros: “A *Série Ethica* tem por

objetivo publicar trabalhos de excelência tanto na área da Filosofia Moral, isto é, que tratam dos fundamentos éticos do agir, quanto da Ética Aplicada, como, por exemplo, Bioética, Ética Econômica etc.” Desde a sua criação em 2013, a série publica uma média de um livro por ano, ou seja, já publicou 13 livros sob minha coordenação: *Ética e Participação*; *Razão e Consenso em Habermas*; *Valor intrínseco*; *Kant: Liberdade e Natureza*; *O Utilitarismo em Foco*; *Verdade e Respeito*; *A atualidade de Hegel*; *Ética das Virtudes*; *Fundamentação Filosófica dos Direitos Humanos*; *Bioética*; *A Ética do Uso e da Seleção de Embriões*; *Metaética: Algumas Tendências*; *Direitos dos Animais*. Há vários outros programados. A *Serie Ethica* é a segunda mais importante da Editora da UFSC, perdendo apenas para a tradicional série Didática. Penso que esta é a principal coleção de livros da área de ética publicada hoje no Brasil. Vários desses livros já estão esgotados e meu livro *Valor Intrínseco* está na segunda edição. Novamente, uma realização acadêmica de sucesso.

Desde o meu retorno após o doutoramento, no âmbito do ensino de graduação, tenho procurado trabalhar, sempre que possível, as disciplinas de Ética I (Éticas Antigas) e Ética II (Éticas Modernas) na graduação em filosofia. Os cursos de Ética I, conforme já mencionado, giram em torno da *Ethica Nicomachea* de Aristóteles e a reabilitação contemporânea da ética de virtudes; já na disciplina de Ética II, da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* de Kant e as éticas deontológicas contemporâneas (por ex., a teoria da justiça de Rawls e a ética discursiva de Habermas) e o *Utilitarismo* de Mill e as versões atuais de consequencialismo (por ex., o de Peter Railton). Eventualmente, assumi outras disciplinas de Filosofia Política ou Filosofia da Linguagem. Em outros cursos, gostaria de destacar que, em 2002, assumi a disciplina Ética no Curso de Medicina, pois estava começando a me interessar por questões bioéticas. Juntamente com a participação no CEUA – Comissão de Ética no Uso de Animais, este foi um fator importante para que eu aprofundasse os estudos na bioética. Comentarei com maiores detalhes esse ponto a seguir.

Outro fator importante para que eu decidisse estudar problemas de bioética foi o convite para participar de dois cursos de pós-graduação *lato sensu* (Especialização) naquele período. Primeiro, atuei como professor ensinando “Princípios da Bioética e suas Interfaces com a Biossegurança” no *Curso de Especialização em Biossegurança* do Departamento de Microbiologia e Parasitologia da UFSC tanto na primeira turma (2002) quanto na segunda (2004-5), inclusive orientando monografia. O curso foi financiado pelo CNPq e pela FUNCITEC e estava vinculado ao Programa de Pós-Graduação em

Biotecnologia. Em segundo lugar, fui convidado para participar de duas edições de um *MBA em Gestão Hospitalar* promovido pela FUNDASC (Fundação dos Administradores de Santa Catarina) em conjunto com a FURB – Universidade Regional de Blumenau. As turmas aconteceram em Blumenau (2003) e Chapecó (2004) e trabalhei a disciplina *Ética Organizacional* (1 crédito) num final de semana concentrado (sexta à noite e sábado durante o dia todo). Do texto escrito para essas disciplinas, nasceu, mais tarde, o meu livrinho “Bioética”, publicado pela Zahar.

Minhas atividades na pós-graduação *stricto sensu* começaram em 2001, tanto com ensino quanto com orientação. Primeiro, assumi orientação no mestrado e meu primeiro orientando foi Giovani Lunardi, hoje professor da UFSC no *campus* de Araranguá, num tema do projeto de pesquisa que estava desenvolvendo. Menciono esse fato porque sempre procurei orientar dissertações e teses vinculadas à pesquisa que estava desenvolvendo ou, ao menos, à linha de pesquisa *Fundamentação da Ação Moral*, a qual sempre estive credenciado como Professor Permanente no Programa de Pós em Filosofia da UFSC (PPGFIL). A partir de 2005, criamos o Doutorado em Filosofia, e tive a honra de orientar, logo na primeira turma, Eduardo Ferreira Filho, ex-professor da UNOCHAPECÓ, hoje professor da UFPel, que foi o primeiro aluno nosso a defender tese da primeira turma do PPGFIL. O trabalho obteve menção honrosa da CAPES. Nosso PPGFIL começava ali uma linha de ascendência que culminou na nota 6, em 2013. Comentarei esse ponto mais adiante com maiores detalhes, pois participei ativamente de toda a trajetória dessa importante conquista.

Por falar em pesquisa, meu primeiro projeto depois da volta do doutorado intitulou-se “A teoria ética de Hare: do prescritivismo universal ao utilitarismo kantiano?,” desenvolvido entre agosto de 2000 a julho de 2003. A descrição do projeto foi feita nestes termos: “O presente projeto analisa as principais características metaéticas da linguagem moral segundo a teoria formulada por Richard Hare e sua relação com a elaboração de uma ética normativa. Para Hare, os traços distintivos da linguagem moral são a prescritividade, a universalizabilidade e a sobreposição. A partir dessa caracterização metaética, Hare sustenta que podemos elaborar uma teoria normativa que tanto Kant quanto os utilitaristas aceitariam: o primeiro a partir da forma da linguagem moral e os segundos a partir de seu conteúdo, a saber, a satisfação de preferências. O projeto pretende analisar criticamente o vínculo entre a metaética e a elaboração de uma ética normativa.” Submeti o projeto ao CNPq solicitando Bolsa de Produtividade em Pesquisa, em 2001, mas obtive resposta positiva apenas quanto ao mérito, não

conseguindo financiamento. O principal resultado desse projeto de pesquisa foi a publicação do livro *Bioética: princípios gerais e aplicações*, em 2004, pela DP&A Editora (Rio de Janeiro), hoje também esgotado. A seguir, comentarei esse livro em comparação com o outro chamado “Bioética”.

Também no âmbito da pesquisa cabe mencionar que, em 2003, tirei uma Licença Capacitação de 90 dias (a partir de 14/04/2003), para retomar meus estudos sobre o assim chamado “Segundo Wittgenstein”, isto é, sobre o seu pensamento desenvolvido tardiamente e que culmina na obra *Investigações Filosóficas*, junto à UFRGS, em colaboração com o Professor Paulo Estrella Faria. Sentia que deveria fazer um esforço sistemático para compreender a filosofia tardia de Wittgenstein e assim concluir meus estudos dos autores clássicos da filosofia analítica (Moore, Russell e Wittgenstein, o trio clássico do *Trinity College*). Assim, aproveitei o tempo para elaborar o meu próximo projeto de pesquisa chamado “*Seguir Regras: as contribuições de Wittgenstein para o debate entre cognitivistas e não-cognitivistas.*” O resultado principal daquele período de capacitação foi a publicação do trabalho “Sobre a Conexão entre Regras e Ações” no livro *Ética & Justiça* (Santa Maria: Palotti, 2003), hoje, republicado no meu livro *Seguir Regras*, referido acima, como capítulo 6.

O trabalho com Paulo Faria foi estimulante e a elaboração do projeto contou com a sua ajuda. Considero Paulo Faria um dos filósofos mais brilhantes da minha geração. A descrição do projeto foi feita nestes termos: “O presente projeto de pesquisa investiga as implicações das observações de Wittgenstein sobre o ‘seguir uma regra,’ principalmente nas *Investigações Filosóficas* (parágrafos 184-243), para a ética. A principal motivação para esse programa de investigação nasceu da polêmica entre MacDowell, que defende que as observações sobre o ‘seguir uma regra’ suportam o cognitivismo -de inspiração aristotélica-, e Blackburn que sustenta que, não somente tais observações não autorizam tal leitura, como explicitamente apontam para uma forma de não-cognitivismo. Blackburn, claro, defende seu quase-realismo. O problema, por conseguinte, é saber se Wittgenstein continuou um não-cognitivista como no *Tractatus Logico-philosophicus* ou se, ao abandonar algumas teses tractatianas na sua obra tardia, também mudou sua posição quanto ao carácter cognitivo da moral. A hipótese que serve de guia para a presente pesquisa é que Wittgenstein desqualificaria tanto a posição cognitivista de MacDowell quanto a não-cognitivista de Blackburn. A razão principal para isso é que a polêmica entre cognitivistas e não-cognitivistas está baseada num pseudoproblema filosófico.” Também submeti esse projeto ao CNPq solicitando bolsa de Produtividade em Pesquisa, a qual foi-

me concedida num pedido de reconsideração a partir de 01 de março de 2004, por dois anos, para a categoria/nível 2. No dia 08 de julho de 2004, foi-me comunicado que, tendo o CNPq promovido algumas alterações na duração das bolsas, a vigência da minha tinha havia sido prorrogada até 28/02/2007. Em agosto de 2004, foi-me concedida uma Bolsa de Iniciação Científica associada ao projeto. No dia 09 de fevereiro de 2006, recebi uma carta do CNPq comunicando a alteração na classificação da minha Bolsa de Produtividade em Pesquisa para a categoria/nível 1D. Isso significava que começaria a receber taxa de bancada, o que realmente ocorreu entre 01/03/2006 a 28/02/2007 durante parte da vigência daquele projeto. Demorou, mas logo na concessão da primeira Bolsa de Produtividade passei da categoria/nível 2 para 1D, um claro sinal de reconhecimento *nacional* do meu trabalho filosófico.

A atividade administrativa mais importante que exerci naquele período foi, certamente, a Chefia do Departamento de Filosofia (que naquela época, infelizmente, acumulava o exercício da Coordenação do Colegiado do Curso de Graduação). O mandato foi entre outubro de 2003 e setembro de 2005. Além das atividades rotineiras, procurei remodelar o espaço físico do Departamento que, graças à construção do Bloco D do CFH e à transformação da Sala de Reuniões em duas salas de professores, possibilitou que todos os professores do departamento tivessem salas individuais e também que os 6 Núcleos de Pesquisa funcionassem em condições adequadas. O maior desafio, entretanto, foi a reforma do currículo do curso de graduação em filosofia. Por exigência legal, tivemos que aumentar não apenas as horas-aula de estágio para 400h, mas também introduzir mais 200h como PCC (Prática como Componente Curricular), em várias disciplinas, e 200h de atividades científico-culturais. Mesmo contrariado com algumas exigências legais absurdas (por exemplo, relativas à carga de estágio), fizemos uma boa reforma construindo, pela primeira vez no curso, um Projeto Político-Pedagógico (PPP). Aproveitando a minha experiência da UCS e as discussões entre aqueles que defendiam um curso mais tradicional e os que procuravam flexibilizar o oferecimento de disciplinas, reduzimos de 8 para 4 as disciplinas de História da Filosofia e introduzimos inúmeras disciplinas optativas. Também eliminamos uma disciplina de lógica e outra de filosofia política e criamos uma de ontologia como obrigatória. Procuramos, enfim, criar um equilíbrio entre as três grandes áreas do DFIL (Epistemologia, Ética e Ontologia). Dividimos o curso em dois ciclos: um fundamental (dois anos de disciplinas obrigatórias), comum ao Bacharelado e à Licenciatura, e dois anos de estudos mais especializados com muitas disciplinas optativas dependendo da

opção do aluno por uma dessas habilitações. A principal justificação para essa reforma em particular era a mudança de perfil da maioria dos professores que passaram a dedicar-se mais à pesquisa e menos ao puro ensino. Se não me falha a memória, 9 docentes do departamento eram pesquisadores do CNPq naquele momento e um currículo flexível tornava possível oferecer disciplinas nos temas em que os professores estavam investigando. Considero essa combinação importantíssima para garantir a qualidade do trabalho acadêmico: a pesquisa deve dar suporte ao ensino. O novo currículo entrou em vigor em 2005 e continua valendo até hoje, embora esteja atualmente sendo novamente reformado para atender outras exigências legais.

Foi também na minha gestão frente ao DFIL que se iniciaram as discussões, a pedido do Reitor Prof. Lucio José Botelho que apoiava uma política de interiorização da UFSC, para oferecer o curso de Licenciatura em Filosofia na modalidade de Ensino a Distância (EaD). Dado que a UFSC era a única universidade pública em Santa Catarina a oferecer Licenciatura em Filosofia e que a disciplina era obrigatória desde 2001 no Estado (tornando-se obrigatória em 2006 a nível nacional), pensei ser necessário participar mais ativamente da formação de um magistério mais qualificado para a disciplina no Ensino Médio. Como tínhamos acabado de fazer a reforma curricular, foi relativamente fácil adaptar o PPP e solicitar os recursos necessários para implementá-lo. A primeira turma foi aprovada e iniciou em 2007 com polos em Videira, Ibaiti, Pato Branco e outra turma acaba de formar-se (com polos em Tubarão, Treze Tílias, Blumenau, Indaial e São José). Para este ano, está prevista a terceira edição do EaD com polos em Araranguá, Criciúma, Lages, Itajaí e Joinville, cidades importantes de Santa Catarina com vários colégios de Ensino Médio. Considero essa uma importante realização, não apenas enquanto contribuição do DFIL à formação de professores, mas também porque possibilitou aumentarmos o tamanho do próprio departamento (conquistamos duas vagas novas para professores) revertendo a tendência de diminuição dos anos 1990, compramos computadores novos, destinamos bolsas aos nossos alunos de pós que não tinham através das tutorias etc. Na sua primeira edição, o curso recebeu nota 5 na maioria dos polos, o que mostra a seriedade do trabalho do nosso EaD. Por considerar o projeto relevante para melhorar a qualidade de ensino da filosofia, participei de todas as edições e elaborei um livro chamado “Ética: História e Filosofia da Moral” que abarca as principais questões e autores de mais de 2.500 anos de reflexão ética. Uso, agora, esse material no curso presencial que também recebeu, recentemente, nota máxima na

avaliação das graduações brasileiras (5). Temos, portanto, na UFSC, *excelentes* cursos de graduação em filosofia.

Em 2004, fui convidado pelo ex-professor da UFSC, Evaldo Pauli, a ocupar uma cadeira na Academia Catarinense de Filosofia. Aceitei o honroso convite, embora a Academia Catarinense de Filosofia, vinculada à Academia Brasileira de Filosofia, não fosse muito ativa e dependia sobremaneira da personalidade de seu presidente. Tomei posse no dia 15 de novembro daquele ano com um discurso sobre Ética e Ciência. Era costume, naquela instituição, escolher um patrono e a minha indicação de Wittgenstein foi provocativa para mostrar que ele queria, acima de tudo, estimular cada um a pensar por si próprio. No discurso fiz, na primeira parte, um balanço das minhas realizações na filosofia até então –algumas incorporadas neste Memorial– e, na segunda, uma proposta de investigação filosófica defendendo que já era tempo de voltarmos a uma concepção de filosofia como *busca de sabedoria* e defini-la em termos de *saber-como agir corretamente e viver bem*. Algumas das principais ideias apresentadas naquele discurso foram usadas neste Memorial e aparecerão na última parte deste trabalho.

Antes de descrever, brevemente, os principais resultados teóricos das minhas pesquisas feitas durante aquele período bem como as publicações mais importantes, gostaria de destacar alguns eventos que participei. Começando pela própria casa, participei de várias edições do *Simpósio Internacional Principia* (II, em 2001; III, em 2003; IV, em 2005, em todos apresentando trabalho e publicando nos anais), promovido pelo Núcleo de Lógica e Epistemologia (NEL). Também participei dos Encontros Catarinenses de Filosofia (IV, em Florianópolis, e o V na UNIFEBE, em Brusque) que, infelizmente, não são mais organizados hoje. A nível nacional, continuei participando dos encontros da ANPOF (do X, em São Paulo, em 2002, e do XI, em Salvador, em 2004). Em 2001, participei do III Congresso Kant da Sociedade Kant Brasileira, a qual sou filiado, em Itatiaia, submetendo um trabalho intitulado *Podéria Hare ter sido um Kantiano?* Naquele encontro, estavam presentes alguns professores alemães que estavam observando para decidir se realizariam o *X. Internationalen Kant Kongresses* no Brasil, o qual ocorre tradicionalmente na Alemanha (somente um aconteceu nos EUA desde que começou), o que, de fato, ocorreu, em 2005, na USP. Tive a honra de ter sido *convidado* pelo presidente do congresso, professor Valério Rohden, que havia sido meu professor na UFRGS, para apresentar uma conferência. O trabalho também está publicado nos anais sob o título “Kant and Wittgenstein on Following Rules,” pela prestigiosa editora de Gruyter em 5 volumes. Naquele congresso, conheci o professor Frederick Rauscher, da

Michigan State University (MSU), com o qual manteve uma intensa interlocução filosófica nos anos seguintes sobre metaética kantiana. Naquele mesmo ano, fui convidado para participar do VII Colóquio Kant da UNICAMP e tornei-me editor associado da *Kant e-prints* daquela instituição, num projeto de reformular a revista imitando a *ethic@*. Também na UNICAMP, participei do III Colóquio Wittgenstein, organizado pelo professor Arley Moreno. Finalmente, eu próprio organizei um importante evento chamado “*Colóquio Moore e Wittgenstein: Homenagem ao centenário do Principia Ethica e ao cinquentenário das Investigações Filosóficas*”, na UFSC, com a presença de vários pensadores nacionais (em especial, José Arthur Giannotti e Paulo Faria) e internacionais (Dennis Rohaltyn, presidente da “Moore’s Society,” da *American Philosophical Association*).

Dentre as publicações realizadas no período de 2000 a 2006, além da tradução e publicação da minha tese de doutorado e inúmeros artigos e capítulos de livros, gostaria de destacar aqui a publicação de dois livros de bioética. Conforme já foi antecipado acima, da minha participação em cursos de pós-graduação *lato sensu*, já em 2002, surgiu a oportunidade de publicar uma breve introdução à bioética na Coleção Passo-a-Passo, da Editora Zahar, do Rio de Janeiro. O manuscrito foi encaminhado naquele mesmo ano, mas, estranhamente, ficou parado por dois anos até que, por interferência do coordenador da coleção, o professor Dennis Rosenfield, que me comunicou que deveria “amenizar a linguagem” e não defender posições pessoais, o livro foi publicado. Eu deveria limitar-me a mostrar que outros sustentavam visões “radicais” sobre questões de aborto e eutanásia. Na realidade, eu não fazia nada muito inovador, mas surpreendeu-me a pressão da editora para amenizar minhas posições consideradas “corajosas demais.” De fato, ao publicar-se sobre temas de bioética no Brasil correm-se vários riscos, inclusive de receber bilhetes ameaçadores de colegas de departamento deixados em baixo da porta da minha sala na Universidade. Fiz algumas modificações e o livro foi finalmente publicado, em 2005. Imaginando que ele não seria mais publicado, enviei, em 2003, uma versão maior à DP&A com o título *Princípios Bioéticos e Aplicações* que foi mudado, talvez por questões de marketing pelo seu editor, simplesmente para *Bioética*. Indignado, exigi que, ao menos na folha de rosto, constasse “princípios morais e aplicações” como subtítulo, o que de fato ocorreu. A inconveniência é que tenho dois livros com o título principal “Bioética”, felizmente, um trazendo um subtítulo. Como o da DP&A está esgotado, espero corrigir o problema quando e se fizer uma segunda edição. Aliás, em 2015, saiu uma segunda edição do meu livrinho “Bioética” da Zahar em formato *e-book* que

comentarei mais adiante esclarecendo alguns *progressos* que ocorreram no Brasil durante as duas edições.

O que defendo nos meus livros de bioética, um deles até mesmo “censurado” em pleno Século XXI? Nada de extraordinário. Começo expondo o surgimento e desenvolvimento da bioética centrada na teoria predominante, a saber, no chamado “principlismo,” que defende que a moralidade da pesquisa científica envolvendo seres humanos é justificada por um conjunto de princípios *prima facie*, a saber, respeito pela autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça. A legislação brasileira nas áreas da ética na pesquisa envolvendo seres humanos e da biossegurança segue, como todos os que participam de comitês de ética na universidade sabem, esse enfoque (vide Resolução 196/1996 do Ministério da Saúde agora atualizada como Resolução 466/2012). Na minha modesta visão, este é um fato significativo: depois de 15 anos, apesar das críticas, a legislação brasileira continuou adotando o chamado “principlismo” como base ética das pesquisas científicas envolvendo seres humanos. Agora, além de aperfeiçoar a apresentação dos princípios introduzindo um princípio dworkiniano, a saber, *reverencie o valor inerente da vida* e estendê-lo a questões de ecoética e zooética e questionar a base metaética intuicionista da teoria predominante substituindo-a por um metaprincípio procurando compatibilizar consequencialismo e deontologia, faço, tanto num livro quanto no outro, uma série de aplicações discutindo questões relacionadas com o início da vida (por exemplo, fertilização *in vitro*, uso de células tronco para pesquisa, interrupção de gestações etc.), meio da vida (terapia gênica e xenotransplantes para melhorar a qualidade de vida etc.) e final da vida (suicídio assistido, eutanásia etc.). Novamente, nada extraordinário e fico particularmente feliz em ver que a legislação e as práticas no Brasil pós-publicação dos meus livros, que teve inclusive um citado numa ação do tipo *amicus curiae*, no Supremo Tribunal Federal, em defesa do uso de células tronco embrionárias para terapia em deficientes físicos, caminharam na direção das posições defendidas nas minhas obras. Não estou dizendo que eu tenha influenciado a decisão, mas, realmente, o livro “Bioética” da Zahar vendeu todos os 3 mil volumes da primeira edição. Na penúltima seção desta parte, apresentarei outras ideias defendidas quando comentar a 2ª edição do livrinho feita em 2015.

Depois desses setes anos de trabalhos intensos na UFSC, solicitei afastamento para fazer meu primeiro pós-doutoramento. Como tinha conhecido o Professor Stephen Darwall durante meu doutorado na Inglaterra e admirava muito o trabalho filosófico dele, entrei em contado para trabalharmos juntos. Fui aceito na University of Michigan, em

Ann Arbor, num dos melhores departamentos de metaética do mundo –senão, o melhor– e consegui bolsa da CAPES para passar um ano no exterior pesquisando. Conforme exigência da legislação, suspendi por um ano a bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq e mudei-me para os Estados Unidos, em agosto de 2006.

2.2 – Primeiro pós-doutorado: Ann Arbor, Michigan

A escolha de Ann Arbor para realizar o meu primeiro pós-doutoramento deu-se, principalmente, porque pretendia aprofundar os meus estudos metaéticos que são os mais difíceis, mais abstratos, mas também os mais importantes da ética filosófica. Lá, atuavam, além de Stephen Darwall, os também eticistas Alan Gibbard e Peter Railton. Como o pós-doutoramento é basicamente um tempo para pesquisas, aproveitei para ampliar meus horizontes e estudar novos temas na ética. Faria o mesmo mais tarde no meu segundo pós-doutoramento, em Oxford, em 2015.

Antes de apresentá-los, gostaria de relatar dois trabalhos que fiz logo que cheguei aos Estados Unidos. Primeiro, tendo organizado um encontro ainda na UFSC chamado “Colóquio Verdade e Respeito: Homenagem aos 75 anos de Ernst Tugendhat”, de 10/04/2006 a 12/04/2006, devidamente registrado como atividade de Extensão no DaEX, recolhi todos os textos apresentados pelos participantes e revisei-os, devolvendo alguns e solicitando que os respectivos autores os melhorassem. Foi um trabalho delicado e difícil, pois pretendia enviá-los ao próprio Tugendhat para réplicas. Foi o que fiz e o resultado está publicado na *Série Ethica* com o mesmo título do colóquio e com respostas de Tugendhat a alguns dos capítulos. Foi nesse contexto que escrevi o ensaio introdutório “A trajetória filosófica de Ernst Tugendhat,” publicando uma espécie de “biografia filosófica,” revisada pelo próprio filósofo. Numa carta a mim dirigida, em 01/04/2008, Tugendhat, depois de receber um volume do livro *Verdade e Respeito* já publicado, escreveu: “Li de novo o começo de seus comentários elogiosos sobre mim e fiquei emocionado. Me sinto muito impressionado por todo este trabalho que você empreendeu e também agradecido a todos que participaram, acredíteme que o estou dizendo sinceramente ainda que seja o 1 de abril! (*sic*)”. Conforme já foi salientado acima, Tugendhat exerceu uma influência grande na minha maneira de fazer filosofia e embora lamentavelmente que ele tenha voltado a algum tipo de teoria ética contratualista, sigo na sua tentativa mais promissora de desenvolver uma ética do respeito universal de inspiração kantiana. A razão é a seguinte: o contratualismo é uma teoria filosófico-política que precisa assumir pressupostos éticos, por exemplo, a necessidade de respeito pela

autonomia dos contratantes. Faço uma crítica similar à ética discursiva: há valores que precisam ser aceitos para que o consenso de quais normas seguir seja alcançado.

Outro trabalho importante que fiz em Ann Arbor foi verter para o inglês o meu capítulo de livro *O Faktum da Razão*, que foi publicado num volume com os melhores trabalhos sobre Kant feitos no Brasil nos Estados Unidos, organizado por Frederick Rauscher e Daniel Perez, a saber, o livro “Kant in Brazil” (New York: Rochester, 2012). Naquele ano, participei juntamente com outros kantianos “brasileiros,” em especial, o professor Zeljko Loparic e o próprio Daniel Perez (respectivamente, um nascido croata e outro argentino que acreditam no potencial brasileiro), de um encontro da *American Philosophical Association*, realizado em Chicago, sobre formas de intercâmbio entre US e BR nos estudos kantianos. Os trabalhos foram publicados pela *Kant e-prints* e o meu artigo tem o seguinte título: “Kant and Contemporary Brazilian Philosophy” (Série 2, v.2, n.1, jan-jun.2007).

A escolha de Ann Arbor para realizar o pós-doutoramento revelou-se acertada. O ambiente filosófico é um dos mais ricos que já conheci. Além dos cursos e seminários que acompanhei, lá ocorrem, todas as quartas-feiras, um encontro chamado “*ethics lunch*”, no restaurante Madras, de comida indiana. Ali, reúnem-se professores do departamento de filosofia da University of Michigan e *visiting scholars* interessados em discutir os próprios pensamentos sobre temas éticos. O *ethics lunch* fora criado por William Frankena, nos anos 1950-60, tendo participado dele Charles Stevenson, o criador do emotivismo, Richardt Brandt, um dos mais respeitados utilitaristas contemporâneos defensor de uma versão de utilitarismo-de-regras, a saber, o de código ideal, entre outros eticistas importantes. O encontro continuava sendo um celeiro de novas ideias, de debates, da mais alta originalidade na área da ética. Dos almoços do ano acadêmico 2006-7, além de alguns professores visitantes alemães e italianos, participavam Allan Gibbard, Peter Railton e o próprio Stephen Darwall. A discussão entre os três era de altíssimo nível: o primeiro defendendo a sua teoria expressivista (agora, quase-realista); o segundo defendendo um realismo naturalizado; e o último elaborando a sua teoria moral baseada na perspectiva de segunda-pessoa. Tendo percebido a excelência dos três não apenas naquele momento, mas em alguns outros trabalhos que já tinha lido anteriormente, em especial para a minha tese de doutorado, propus a tradução de alguns textos representativos de cada um deles. Os três prontamente acataram a ideia e o resultado é um livro editado na *Série Ethica* chamado “Metaética: Algumas Tendências”. Foi nesse ambiente que iniciei o desenvolvimento do cognitivismo prático, teoria metaética que

sustenta que o conhecimento moral é melhor entendido em termos de saber-como e não simplesmente em termos de saber-que. Comentarei mais adiante esse ponto com maiores detalhes. O *ethics lunch* foi inspirador para que eu propusesse uma nova epistemologia moral.

A descoberta teórica mais importante daquele ano de pós-doutoramento foi, certamente, a chamada “Teoria do Cuidado Racional” de Stephen Darwall que não conhecia até então. Ela impressionou-me mais do que a perspectiva de segunda pessoa na moral. Essa visão (*the second-person standpoint*) é a perspectiva que você e eu tomamos quando fazemos e reconhecemos reivindicações morais sobre a conduta e vontade de um com o outro. Segundo Darwall, essa perspectiva é fonte de noções morais fundamentais tais como *direitos, obrigações, dignidade, autoridade* etc, isto é, da própria moralidade. Essa teoria não me atraiu tanto quanto a noção de cuidado racional, pois tenho uma perspectiva de primeira pessoa na ética. Segundo Darwall, não é apenas o respeito, no sentido kantiano, que expressa uma valoração intrínseca de uma pessoa como fim em si, mas também cuidar de alguém vulnerável é valorá-lo intrinsecamente, isto é, trata-se de querer o bem-estar *da outra pessoa* porque isso é bom para ela mesma. Assim, o bem-estar de uma pessoa seria constituído por aquilo que uma cuidadora, talvez ela própria, deveria querer na medida em que cuida dela como fim em si. Uma das discussões mais inspiradoras que tive com Darwall foi sobre a sua caracterização metaética do cuidado e do respeito feita nestes termos: “razões para agir baseadas no respeito são tanto relacionadas-com-o-agente (*agent-regarding*) quanto relativas-ao-agente (*agent-relative*)” enquanto as “razões do cuidado, por outro lado, são relacionadas-com-o-bem-estar (*welfare-regarding*) e agente-neutras (*agent-neutral*).” À primeira vista, pareceu-me que seria o contrário, ou seja, que razões baseadas no respeito deveriam ser compreendidas como sendo agente-neutras, enquanto que as razões baseadas no cuidado seriam relativas-ao-agente, pois, do contrário, cairíamos no paternalismo. Nos anos seguintes, procurei compreender melhor a noção de cuidado racional e aplicá-la a questões bioéticas. Esse ponto ficará mais claro adiante, depois de apresentar os projetos de pesquisa dos anos seguintes e minhas publicações na área da bioética mais recentes.

Na própria University of Michigan, participei do seminário “Bioethics, Values & Society”, promovido pela Medical School of the Health System, e apresentei um texto chamado “Care & Respect in Medicine,” em maio de 2007, já no final do pós-doutoramento, onde discuti as relações entre cuidado e respeito usando o caso de um bebê extremamente prematuro lá nascido para mostrar que a caracterização metaética do

cuidado e do respeito precisavam ser revistas. Em especial, tentei mostrar que cuidado e respeito precisam ser integrados no conceito de *cuidado respeitoso*. Alguns participantes concordaram comigo e me desafiaram a escrever mais sobre o tema. O resultado foi que planejei o livro agora publicado sob o título *Care and Respect in Bioethics* que foi concluído no meu segundo pós-doutoramento na University of Oxford. Com um título parecido, a saber, *Care and Respect: the Metaethical and Normative Basis of Bioethics* já estivera, em janeiro daquele ano, apresentando uma conferência na Michigan State University, em East Lansing, numa promoção conjunta do Departamento de Filosofia e do Center for Ethics and Humanities in the Life Sciences com o mesmo tipo de recepção. Comentarei o resultado final desses trabalhos quando apresentar o livro *Care and Respect in Bioethics*.

Há dois outros trabalhos importantes publicados que resultaram do primeiro pós-doutoramento que gostaria de mencionar agora. O primeiro é uma resenha do livro de J. J. Wisnewski chamado “Wittgenstein and Ethical Inquiry: A Defence of Ethics As Clarification” publicado pelo prestigiado *Notre Dame Philosophical Reviews* (2008, 5). Dado que a minha concepção de conhecimento moral pressupõe a distinção entre saber-que, de tipo proposicional, e o saber-como, uma forma de capacidade ou habilidade, e que essa distinção encontra-se nas *Investigações Filosóficas*, continuei lendo e refletindo sobre a obra de Wittgenstein. A inspiração, então, para a criação do cognitivismo prático veio de Wittgenstein e de seu discípulo Gilbert Ryle que distingue *knowing-that* de *knowing-how* no seu famoso livro *The Concept of Mind*. Aqui, enfim, gostaria de dizer que a filosofia enquanto prática terapêutica nada tem a ver com filosofia clínica ou qualquer coisa similar, mas antes com a eliminação de pseudoproblemas filosóficos, por exemplo, as que giram em torno do debate sobre cognitivismo ou não na metaética que pressupõe apenas conhecimento proposicional. Parece fazer todo o sentido dizer que alguém *saber-como* (ou não) *deliberar* moralmente, *seguir uma regra* moral, *comportar-se* de certa maneira, *ser* um certo tipo de pessoa, *justificar* as suas ações, etc. Desde então tenho me empenhado em defender e desenvolver essa epistemologia moral. As primeiras pedras fundacionais (análise conceitual e definição do saber-como, critério de diferenciação de saber-como moral de outros tipos de saber-como, etc.) para a formulação do cognitivismo prático, encontram-se num artigo da revista *ethic@*, de 2008, chamado “Practical Cognitivism” (v. 7, n. 2). Alguns desenvolvimentos posteriores até sua elaboração mais completa serão comentados a seguir. Finalmente, outro produto da pesquisa do meu primeiro pós-doutoramento foi ter escrito, aproveitando a Tanner

Library, uma das melhores bibliotecas na área da ética que conheço, um manuscrito sobre a história e filosofia da moral que, posteriormente, publiquei como livro-texto das disciplinas Ética I e Ética II para o Curso de Licenciatura em Filosofia na modalidade EaD, já referido acima. Satisfeito com os resultados da minha pesquisa, retomei as minhas atividades na UFSC, em agosto de 2007.

2.3 – De 2007 a 2014: foco centrado na pesquisa e na pós-graduação

Assim como o período de 2000 a 2006 foi de intensas atividades na UFSC, o período que vai de 2007 a 2014 foi marcado por muito trabalho, agora mais direcionado à pesquisa do CNPq e à pós-graduação e menos ao Departamento de Filosofia como tal. Conforme será visto a seguir, há uma ligação íntima entre aprofundar a pesquisa filosófica e atuar na pós-graduação, pois, em geral, ao menos no Brasil, é nos cursos de pós que as investigações filosóficas mais produtivas são feitas.

Vou iniciar, novamente, pela extensão feita durante aquele período. Se desconsiderarmos as inúmeras conferências dadas e as participações em bancas de mestrado e doutorado em outras instituições, a única atividade de extensão que levei adiante naquele período foi a organização do SAPE (Seminário de Aprofundamento em Pesquisas Éticas) da sua VII (2007) à XIV (2014) edição. Não se trata de considerar essa atividade um fracasso, pois, de fato, ela serviu para muitos propósitos acadêmicos, mas de ver hoje retrospectivamente que, como atividade de *extensão*, ela teve um alcance limitado. Meu perfil principal está baseado na concentração nas atividades de pesquisa e pós-graduação. Não acredito que isso afete a minha carreira acadêmica como um todo, pois temos que optar por certas atividades e talvez seja um erro institucional da UFSC forçar-nos a fazer um pouco de cada coisa para ascendermos profissionalmente.

O ensino da graduação também não teve nada de especial naquele período, exceto o forte envolvimento com o EaD. Continuei oferecendo as disciplinas de Ética I e Ética II, conforme descritas acima, e, eventualmente, alguma outra do próprio curso de filosofia. Dentre as optativas, ofereci, frequentemente, a disciplina *Fundamentos Filosóficos da Bioética*, mas também *Metaética*. Convém, então, comentar um pouco o meu envolvimento no Ensino a Distância. Para preparar-me, participei, em outubro de 2007, de um Programa de Capacitação ABERTA/SUL: Gestão e Docência em EaD, oferecido pela UFSC e UFSM, no âmbito da UAB (Universidade Aberta do Brasil), de 80 horas, se não me falha a memória, em Bento Gonçalves, RS. Tanto na sua primeira edição quanto na segunda, fui responsável por oferecer três disciplinas de Ética. Para tal

finalidade, juntei as anotações que tinha das aulas dos anos anteriores e mais a pesquisa realizada em Ann Arbor durante meu primeiro pós-doutoramento e editei inicialmente dois livros textos: *Ética I*, centrado nas éticas antigas, e *Ética II* centrado nas éticas modernas. O resultado estava relativamente bom, mas, para a segunda edição, resolvi aperfeiçoá-lo e juntar num único volume dando-lhe maior unidade. Durante os anos de 2012 e 2013 trabalhei arduamente para suprir as lacunas da edição anterior. O resultado é um livro de 761 páginas que cobre toda a história e filosofia da moral escrito numa linguagem relativamente simples com vários recursos didáticos (hipertextos, esquemas explicativos, desenhos, questões para reflexão, indicações de leituras complementares, vários anexos tais como: alfabeto grego, mapas, glossário, cronologia das principais obras de ética etc.). Para a terceira edição do curso, pretendo aperfeiçoá-lo ainda mais legando desse modo um bom livro de *Ética* para o ensino na graduação em filosofia.

As principais atividades acadêmicas daquele período, entretanto, gravitaram em torno da minha participação na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSC. Antes de descrever, brevemente, essas atividades, gostaria de salientar que trabalhei, esporadicamente, em diversos outros programas de pós, além dos programas da UFSC (Enfermagem etc.), oferecendo disciplinas de forma intensiva: na UFPel, ofereci um minicurso de Metaética (2008), no âmbito de um convênio de cooperação acadêmica; na UFRN, de Tópicos Especiais de Ética (2008); na UFG, de Fundamentos Filosóficos da Bioética (2011) e, novamente, de Fundamentos Filosóficos da Bioética, na UFBA (2012). O convite para ministrar esses minicursos parece mostrar um reconhecimento crescente do meu trabalho filosófico.

No âmbito administrativo, assumi, tendo como coordenador o professor Delamar José Volpato Dutra, a subcoordenação do Programa de Pós em Filosofia da UFSC, em 01/11/2007. O PPGFIL tinha, naquele momento, nota 4 na CAPES e recém abrira o doutorado (2005). No dia 01 de outubro de 2009, assumi, por um mandato de dois anos, como coordenador planejando uma série de medidas para alcançarmos a nota 5. Dentre as principais, destaco as 5 que ficavam diante da minha mesa na salada coordenação: (i) melhorar a inserção nacional do Programa e ampliar os convênios internacionais; (ii) incrementar o acervo bibliográfico, principalmente, dos filósofos clássicos e seus comentadores; (iii) adequar o regimento do Programa às diretrizes nacionais da área de filosofia e à nova legislação da UFSC; (iv) criar uma Comissão Permanente do ColetaCapes, com representação discente; (v) instituir o Colóquio Permanente do Pós-Graduação. A tarefa mais difícil foi propor um novo regimento exigindo mais produção

filosófico-científica dos Professores Permanentes. Felizmente, consegui realizar todas essas políticas e nosso Programa obteve nota 5 ainda durante a minha gestão. Ciente de que o ponto fraco ainda era um maior envolvimento internacional do Programa, convenci o professor Alessandro Pinzani a suceder-me e a trabalhar com especial atenção nesse ponto. Novamente, obtivemos sucesso e, na Avaliação Trienal (2010-2012), da qual tive a honra de participar em Brasília de 14 a 18 de outubro 2013 como avaliador da área da filosofia, passamos para a nota 6, ou seja, entramos no seletivo grupo de programas de *excelência* na área da pós-graduação em filosofia no Brasil. Considero essa uma das maiores contribuições administrativas da minha carreira acadêmica, que contou, obviamente, com a ajuda de inúmeras pessoas, tanto alunos quanto professores do PPGFIL, sem deixar de mencionar a administração central da UFSC.

Esse sucesso veio concomitantemente com a minha ascensão na classificação de pesquisador do CNPQ. Assim que voltei do pós-doutoramento, reativei a minha bolsa de Produtividade em Pesquisa com um projeto intitulado “O Dilema da Metaética e sua (dis)solução” onde continuei as pesquisas no sentido de construir uma nova epistemologia moral, a saber, o cognitivismo prático. A descrição do projeto foi feita nestes termos: “O tema geral da presente pesquisa está relacionado com um dos principais domínios da filosofia moral. Se a ética for definida como uma reflexão filosófica sobre a moralidade e dividida em metaética, ética normativa e ética aplicada, então a discussão sobre a natureza cognitiva ou não dos juízos morais pertence ao âmbito da metaética, mais especificamente à epistemologia moral. Por isso, este projeto pretende abordar um problema fundamental da metaética, o qual tem sido formulado na literatura filosófico-moral contemporânea sob a forma de um dilema: ou há fatos e propriedades morais que garantem a natureza cognitiva dos juízos morais, isto é, a sua objetividade e a sua verdade, ou não há. Ora, se há fatos ou propriedades morais, então a dificuldade é esclarecer o estatuto ontológico de tais propriedades e explicar a sua possibilidade. Mas, por outro lado, se não existirem propriedades e fatos morais, então o problema é compreender porque as pessoas falam, pensam e agem como se tais entidades existissem e explicar em que medida o pensamento moral não é ameaçado pela sua eventual inexistência.” Este projeto foi desenvolvido entre 2007 e 2010 e resultou em vários artigos e capítulos de livros que foram, posteriormente, recolhidos e publicados no livro *Seguir Regras* (Pelotas: Ed. da UFPel, 2011). O principal resultado teórico é a apresentação de uma solução wittgensteiniana, isto é, de uma *dissolução* ao dilema mostrando que ele somente surge por um equívoco filosófico que prioriza a ontologia para garantir a objetividade

moral. Outros resultados que ainda considero válidos serão apresentados na última parte deste Memorial.

Durante aquele período, eu não descuidei de minha formação continuada. Neste sentido, gostaria de mencionar dois pontos. O primeiro foi, a partir de um novo pedido de Licença Capacitação, a minha ida para a State University of Michigan, acompanhando o doutorado sanduíche da minha esposa Milene Consenso Tonetto, para pesquisar temas de bioética, no início de 2009. Além de lá atuar Frederick Rauscher, com quem continuava mantendo uma interlocução constante sobre a metaética da filosofia moral kantiana, aquela universidade é considerada um centro importante de bioética, principalmente, desde a perspectiva de uma ética do cuidado de cunho feminista. O segundo foi a realização, em 2012, do “The Intensive Bioethics Course, XXXVIII”, no Joseph P. and Rose F. Kennedy Institute of Ethics da Georgetown University, em Washington, D.C. Foi lá que nasceu o enfoque bioético baseado nos quatro princípios *prima facie* referidos acima, ainda hoje base da legislação brasileira para o estabelecimento da eticidade das pesquisas envolvendo seres humanos, sendo também a teoria predominante no mundo científico e acadêmico global. Lá conheci Tom Beauchamp, co-criador do principlialismo (juntamente com James Childress) e Edmund Pellegrino, defensor de um enfoque na bioética a partir da ética de virtudes. Os resultados desses estudos serão apresentados a seguir, mas gostaria de antecipar agora que o artigo “Cuidar e respeitar: atitudes fundamentais da bioética”, publicado originalmente na revista *Bioethikos* (2012, 6(2)), talvez um dos mais importantes que escrevi nessa área, foi gestado durante aqueles estudos. Nele, apresento tanto uma análise conceitual das condições sob as quais uma pessoa *sabe-como* cuidar e *sabe-como* respeitar, formulando o conceito de cuidado respeitoso. Voltarei a ele a seguir, na última seção.

Também na área da pesquisa, gostaria de mencionar o desenvolvimento do projeto, sempre com apoio do CNPq com bolsa de Produtividade em Pesquisa, chamado “Repensando as bases metaéticas da bioética,” de 2010 a 2014. A descrição do projeto foi feita nestes termos: “O projeto procurará investigar as tensões entre cuidar e respeitar e formas de resolver os dilemas da metabioética. Essas tensões podem ser apresentadas de diferentes modos: i) numa espécie de conflito entre, por exemplo, a tradição hipocrática na (bio)medicina guiada pelos princípios clássicos da não-maleficência e beneficência (e, desse modo, pelo cuidado) *versus* as exigências de uma moral moderna baseada em direitos individuais (que devem ser respeitados); ii) a contraposição entre uma moral do cuidado, supostamente a partir de uma “voz feminina,” e uma moral do

respeito universal baseada em princípios universais de justiça; iii) a valorização da autonomia individual versus um modelo fiduciário da beneficência etc. O principal problema que será investigado no presente projeto pode, então, ser colocado da seguinte maneira: as razões para agir enraizadas no cuidado são NRaA (neutras relativamente ao agente) ou seriam RaA (relativas ao agente)? Da mesma maneira, as razões para agir embasadas no respeito são RaA ou NRaA? A hipótese que guiará a presente investigação é a seguinte: há diversos sentidos das expressões ‘RaA’ e ‘NRaA’ e a caracterização normalmente feita do cuidado e do respeito podem ser corretas desde o ponto de vista de um desses sentidos. Todavia, é perfeitamente possível, desde a perspectiva dos outros significados dessas expressões, inverter a caracterização metaética do cuidado e do respeito. A justificativa para o desenvolvimento da presente pesquisa é a seguinte: uma correta caracterização metaética do cuidado e do respeito, enquanto expressões de um *saber-como* moral, é fundamental para a construção de uma teoria moral normativamente sólida e com aplicações adequadas. Nesse sentido, pode-se visualizar a importância desse tema mais claramente no debate sobre os fundamentos filosóficos da bioética.” Foi durante o desenvolvimento desse projeto que fui promovido da classe/nível 1D para 1C na classificação do CNPq, o que mostra o continuado reconhecimento da minha pesquisa, principalmente, a nível nacional.

Esse reconhecimento veio também pelos constantes convites para participar de eventos, para cooperar em projetos de pesquisa conjuntos e para participar de comitês científicos de inúmeras revistas filosóficas. Neste sentido, gostaria de destacar minha participação em duas instituições, a saber, a UFRJ e a UFMG. Na primeira, além de bancas de concurso para professor, bancas de pós-graduação, palestras etc. participei de alguns dos encontros promovidos pelo Centro de Ética e Filosofia da Mente, onde atuavam a professora Maria Clara Dias e o professor Wilson Mendonça. Os simpósios ocorriam no Hotel Donatti, em Itatiaia (2007, 2008 e 2010) e foram fundamentais para o aprofundamento das minhas pesquisas metaéticas. Já na UFMG, além de também participar de bancas de concurso para professor e de pós-graduação, participei dos colóquios promovidos pelo NEPC (Núcleo de Pensamento Contemporâneo), coordenado pelo professor Ivan Domingues (2009 e 2011). Atualmente, faço parte de um grupo de pesquisa baseado na UFMG e devidamente registrado no CNPq. Estranhamente, não consegui o mesmo tipo de interlocução com o Departamento de Filosofia da USP, tendo sido apenas convidado para uma banca e uma palestra, ambas noutro departamento

(Ciências Políticas), pelo professor Álvaro de Vita, conhecido especialista da teoria da justiça enquanto equidade de John Rawls.

Quero destacar, agora, a participação em outros eventos que foram importantes na minha formação filosófica. Primeiro, claro, continuei participando dos simpósios promovidos pelo NEL, da UFSC, a saber, o V (dedicado a van Fraassen, 2007), o VI (a Darwin, 2009), o VII (a Goodman, em 2011) e, finalmente, o VIII (a Putnam, em 2013). Em quase todos eles, apresentei trabalhos que foram posteriormente publicados ou na revista *Principia* ou em livros. Segundo, participei da criação da SBPHA (Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica), em 2010, sendo seu Primeiro Tesoureiro, e, posteriormente, do III Congresso, em Fortaleza, em conjunto com a *Latin American Analytic Philosophy Conference*. Por falar em cargos em sociedades científicas, fui duas vezes membro da diretoria da ANPOF e também presidi o GT Ética daquela associação por duas gestões. Finalmente, claro, continuei participando dos encontros da ANPOF (2008, em Canela; 2010, em Águas de Lindóia, SP; 2012, em Curitiba) não somente por estar envolvido com a coordenação de Programa de Pós-Graduação, mas, principalmente, apresentando trabalhos e discutindo a minha pesquisa. Outro evento que gostaria de destacar foi a minha participação no XVII Congresso da SIF (Sociedade Interamericana de Filosofia), em 2013, em Salvador, onde convidei para vir ao Brasil os professores americanos Stephen Darwall e Peter Railton que, efetivamente, participaram do encontro. Peter Railton, aliás, também participou de um programa de professor visitante, a meu convite, na UFSC, em 2012, onde discutimos o cognitivismo prático e onde ele apresentou uma disciplina intensiva de metaética no PPGFIL. Peter Railton e, mais recentemente, Nick Zangwill, da Hull University (UK) são os dois interlocutores que mais ouviram e incentivaram a minha construção do cognitivismo prático além de Léo Peruzzo, orientado de doutorado meu e hoje professor na Pós na PUCPR que rebatizou a teoria de “cognitivismo pragmático.”

Antes de apresentar os principais resultados teóricos da minha última pesquisa e destacar algumas das publicações recentes, gostaria agora de selecionar outros aspectos da minha carreira acadêmica daquele período. Em primeiro lugar, saliento a intensificação das pesquisas na área da bioética e uma série de atividades a ela relacionadas. Novamente, seja pela participação em comissões relacionadas (CEUA/UFSC, 2010), em convites para ministrar aulas em programas de pós-graduação (Enfermagem, UFSC), em palestras em outras universidades (UFMG, 2011; IFCS/UFRJ, 2011; PUCRS, 2012; UFU, 2012; etc.), em Conselhos Regionais de Medicina

(CREMESC, 2012; CREMERS, também 2012), no Simpósio Catarinense de Bioética (2011) etc. seja pela filiação à Sociedade Brasileira de Bioética, Regional Santa Catarina, da qual fui parte da diretoria e participei ativamente da organização, liderada pelo ex-reitor da UFSC professor Bruno Rodolfo Schlemper Jr., do X Congresso Brasileiro de Bioética e do II Congresso Brasileiro de Bioética Clínica, realizados de 24 a 27 de setembro de 2013 no Centro de Convenções CentroSul, em Florianópolis, seja, finalmente, pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa e aulas na disciplina Fundamentos Filosóficos da Bioética, minhas atividades desse período estão fortemente marcadas pela dedicação à essa subárea da ética aplicada. Particularmente envolvente foi a discussão com o Prof. Dr. H. Tristram Engelhardt Jr., um dos maiores bioeticistas vivos, durante o III Ciclo de Debates em Bioética da Regional Santa Catarina da SBB. Várias publicações daquele período, especialmente artigos e capítulos de livros, refletem o meu interesse por problemas bioéticos no sentido amplo desse termo, o que inclui preocupações com as nossas relações com animais não-humanos e com o meio ambiente em geral. Destaco aqui a republicação do meu artigo *Cuidar e Respeitar* na trilogia, editada numa bela caixa com uma tríade floral multicolorida (*Edelweiss, Alpenrosen e Enzian*), da escultora Suzy Perendi, de Treze Tílias, chamada *Bioética, Cuidado e Humanização*, em comemoração aos 400 anos de São Camilo, publicado pelo Centro Universitário São Camilo em coedição com as Edições Loyola (SP: 2014). O resultado teórico do meu artigo dá, inclusive, subtítulo ao segundo volume: sobre o cuidado respeitoso. Senti-me honrado, tanto pelo convite para participar da trilogia quanto por ver que o conceito por mim criado, a saber, *cuidado respeitoso* acabou dando subtítulo a um dos volumes. Considero esse conceito uma das minhas principais contribuições teóricas ao debate sobre os fundamentos filosóficos da bioética.

Em segundo lugar, gostaria de destacar, também desse período, a intensificação dos meus debates com filósofos kantianos nacionais e internacionais, em especial, com os professores Valério Rohden e Frederick Rauscher. Com o primeiro, fundamos, em 2007, o CIK – Centro de Investigações Kantianas (que recebeu dez mil euros para comprar a edição completa da obra de Kant da Academia e todos os volumes da revista *Kantstudien*). Logo no primeiro encontro (2008), participei de uma mesa redonda com o Prof. Rohden. Posteriormente, trabalhamos uma disciplina no PPGFIL juntos quando, infelizmente, veio a falecer durante o semestre. Escrevi um artigo, publicado na revista *Aurora* (v.24, n.34, 2012), em sua homenagem. Desde os tempos da UFRGS, tinha nutrido uma admiração pelo conhecimento de Kant que Valério exibia. Suas traduções

das obras de Kant estão entre as melhores do mundo e continuarão, por muito tempo, sendo referência no Brasil. Com o professor Rauscher, continuei as discussões sobre a metaética da filosofia kantiana que se intensificaram quando ele escolheu a UFSC para desenvolver uma pesquisa patrocinada pela Fundação Fulbright (2012). O resultado desse debate pode ser encontrado tanto no livro *Investigações Kantianas* (Florianópolis: FUNJAB, 2012) onde publiquei um capítulo chamado “The Idealist Interpretation of Kant’s Meta-ethics” criticando a sua leitura antirealista e na resposta que ele próprio escreveu aquele texto, a saber, “Realism and Anti-Realism in Kant’s Meta-Ethics: A Reply to Professor Dall’Agnol” quanto em trabalhos posteriores, em especial, no meu artigo, publicado na *Studia Kantiana*, revista da Sociedade Kant Brasileira, intitulado “Was Kant a Naturalist? Further reflections on Rauscher’s idealist meta-ethics” (2012, n.14). No seu livro *Naturalism and Realism in Kant’s Ethics* (Cambridge: Cambridge University Press, 2015), o professor Rauscher cita várias vezes meus trabalhos, o que mostra a continuidade da nossa discussão e o seu impacto internacional. Também digna de nota, nesse contexto, foi a minha participação no âmbito do convênio CAPES/NUFFIC sobre a atualidade da *Metafísica dos Costumes* de Kant, em maio de 2014, onde fiz duas palestras (uma sobre metaética kantiana e outra sobre o conceito de respeito), na Radboud University, Nijmegen (Holanda), organizadas pelo professor Thomas Mertens. Em fevereiro de 2017, voltei àquela instituição, numa prorrogação do mesmo convênio, apresentando outra palestra e continuando as discussões com os professores daquela instituição. Finalmente, de 2010 a 2012 coordenei um projeto coletivo do NEFIPO intitulado “Kant na filosofia prática contemporânea,” apoiado pelo CNPq a partir de um edital para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que financiou a compra de livros para a biblioteca do CIK que estamos construindo com muito esforço.

Terceiro, gostaria de destacar a continuidade das minhas pesquisas sobre a ética em Wittgenstein e o envolvimento num projeto internacional de pesquisa liderado pelo professor Vicente Sanfèlix Vidarte, da Universidad di València, Espanha. Dada a minha intenção de desenvolver o cognitivismo prático (agora já aplicado à bioética, por exemplo, no *saber-como* cuidar, isto é, respeitosamente), continuei a ler e a publicar sobre Wittgenstein durante todo esse período. Destaco aqui não somente a organização do livro *Wittgenstein no Brasil* (2008), já comentado anteriormente, mas também o livro, resultado de um colóquio que organizei na UFSC, *Wittgenstein em Retrospectiva* (Florianópolis: Edufsc, 2012) com os professores Arturo Fatturi e Janyne Sattler que fizeram pós-doutorado comigo no PPGFIL. A professora Janyne, aliás, fora minha

orientada de PIBIC/CNPq e de mestrado em filosofia (fazendo doutorado no Canadá) e, hoje, é professora do Departamento de Filosofia da UFSC depois de trabalhar dois anos na UFSM. Ela talvez seja um exemplo de sucesso das minhas orientações na pós-graduação (muitas outras pessoas por mim orientadas trabalham no ensino superior em outras instituições), a qual tenho orgulho hoje de ter como colega de departamento continuando os estudos sobre Wittgenstein. Além disso, meu livro sobre *Seguir Regras* foi também lido e resenhado por Vicente Sanfèlix Vidarte na revista *Pasajes* (Otoño, 2013), da Espanha. Talvez por ter lido atentamente o livro (depois de recebê-lo, escreveu todas as semanas um e-mail comentando capítulo por capítulo) tenha me convidado a participar de um projeto de pesquisa internacional chamado “Formas de vida y cultura: Wittgenstein y el relativismo” e a fazer uma série de 3 conferências na Universidad di València, em 2013. Infelizmente, não temos na filosofia brasileira essa cultura de discussão entre nós. Aquelas conferências foram traduzidas para o Espanhol pelo meu orientando de doutorado da Costa Rica com bolsa PEC-PG no nosso PPGFIL, Jonathan Elizondo Orozco, e publicadas pela PUV. Comentarei esse trabalho mais adiante. Fiquei relativamente feliz em participar desse projeto, pois mostrou que meu trabalho sobre Wittgenstein, mesmo publicado em Português, alcançou repercussão na Europa. Estava, então, pronto para mais um pós-doutorado.

2.4 – O segundo pós-doutorado: Oxford, UK

Durante o ano de 2015, fiz o segundo pós-doutoramento no Oxford Uehiro Centre for Practical Ethics, na University of Oxford (UK). A escolha refletiu minha vontade de voltar à Inglaterra, depois de uma década e meia, a excelência dos centros de bioética de Oxford e a perspectiva de trabalhar com o Professor Roger Crisp, um dos mais importantes eticistas atuais. O projeto encaminhado chamava-se “Practical Cognitivism and its Normative Implications in Bioethics”. A seguir, comentarei alguns pontos do projeto e seus principais produtos. Assim como no meu primeiro pós-doutorado, o ano foi muito produtivo em termos de pesquisa, publicações e desenvolvimento filosófico.

Meus primeiros trabalhos, em 2015, foram voltados à edição de dois livros. O primeiro foi uma revisão dos trabalhos no V Encontro do CIK, realizado em agosto de 2014, em Florianópolis, sobre algumas perspectivas kantianas na bioética, onde participaram vários professores brasileiros e estrangeiros. Logo na chegada a Oxford, fizemos, Milene Consenso Tonetto e eu, editores do livro, a revisão de todos os textos e escrevemos o Prefácio à obra *Morality and Life – Kantian Perspectives in Bioethics* que

foi publicada na Itália (Pisa, 2015, ETS), na *Boulé – Collana di Filosofia e Scienze umane*, dirigida pelo professor Alberto Pirni, um dos participantes do colóquio. Nele, tenho um capítulo intitulado “Respect for Persons: Rawls’ Kantian principles and genetic policies.” Além disso, fiz a revisão preparando a segunda edição do meu livrinho “Bioética” para a Zahar, já referido anteriormente. No prefácio, apresentei aquilo que considero um progresso em relação à primeira edição em 2005 em termos legislativos e de políticas públicas feitas no Brasil. Assim, manifestei-me: “Desde a publicação da primeira edição deste livro, há dez anos, muitos foram os progressos na bioética brasileira: (i) a Lei de Biossegurança autorizou pesquisas com células tronco; (ii) o Supremo Tribunal Federal criou jurisprudência permitindo aborto em casos de anencefalia; (iii) o Conselho Federal de Medicina definiu as “Diretivas antecipadas de vontade” possibilitando que os interesses dos pacientes sejam respeitados; (iv) a seleção de embriões em processos de fertilização *in vitro* sem doenças genéticas tornou-se mais acessível e corriqueira; e (v) novas legislações na área ambiental e de pesquisas com animais não humanos foram introduzidas (por exemplo, a Lei Arouca). Essas mudanças foram de certa forma defendidas aqui, e, neste sentido, alegro-me em ter eventualmente contribuído para que elas ocorressem. Outras precisam ainda acontecer, como a possibilidade de a gestação ser interrompida em outros casos de doenças gravíssimas. Por isso, justifica-se uma nova edição do livro *Bioética*, não apenas para fazer uma atualização ortográfica e dos dados empíricos ou legislativos, mas também para enfatizar a necessidade de avançarmos em outras questões bioéticas aqui abordadas.” De fato, de todas as políticas que defendi apenas a descriminalização parcial da antecipação terapêutica do parto ainda não foi implementada, mas o Supremo Tribunal Federal já deu, em 2016, mostras de que caminhará nessa direção. Como pode ser notado, abandonei a militância política e ideológica ainda nos anos de minha formação acadêmica, mas não deixei de importar-me com os rumos dos acontecimentos e meus trabalhos no âmbito da ética aplicada, fortemente guiados por considerações metaéticas, procuram contribuir de forma prática para a melhoria da sociedade em que vivemos e do mundo em que habitamos. Dito de outro modo, penso que filósofos não podem alienar-se dos problemas morais cotidianos que as pessoas enfrentam e podem tentar contribuir construtivamente para a sua superação.

No Oxford Uehiro Centre for Practical Ethics, logo comecei a colaborar com as atividades do centro, em especial com o blog que a instituição mantém chamado *Practical Ethics in the News*. Escrevi 6 posts que podem ser acessados neste endereço:

<http://www.practicaethics.ox.ac.uk/home>. Além disso, comecei a participar dos múltiplos eventos ético-filosóficos que aconteciam por lá destacando-se os seminários promovidos pela Faculdade de Filosofia, a saber, o “Moral Philosophy Seminar”, onde participaram, entre outros, Stephen Darwall, Derek Parfit, Jonathan Dancy, Walter Sinnott-Armstrong, Onora O’Neill, Jonathan Glover, quer dizer, simplesmente os melhores eticistas do mundo passam por lá. Também aproveitei, pensando na necessidade de formação continuada, para fazer alguns cursos no Department for Continuing Education, em especial um sobre “Drones, Robots and the Ethics of Armed Conflict in the 21st Century.” Finalmente, participei do minicurso “What’s Wrong with Rights?”, na Faculdade de Direito, promovido pelo McDonad Centre for Theology, Ethics & Public Life, procurando ampliar meus horizontes.

O principal artigo que produzi naquele período foi publicado no *Journal of Medical Ethics* (2016, v.42, n.7), considerado uma das melhores revistas do mundo no ramo da bioética, sob o título “Knowing-how to care.” Ele fora debatido antes numa conferência na University of Hull, em 03/11/2015, a convite do professor Nick Zangwill. Nele, apresento as principais linhas da nova epistemologia moral baseada na tese de que o conhecimento moral é uma expressão do saber-como e exploro as suas implicações normativas para a bioética. Em especial, analiso um caso bioético onde fica clara a falta desse tipo de saber, ou seja, o cuidado foi proporcionado sem saber-como respeitar as pessoas envolvidas. Este artigo foi o primeiro trabalho em inglês onde apresento o conceito de cuidado respeitoso (*respectful care*) como atitude fundamental da bioética, baseado no cognitivismo prático. Ele é o cerne do livro *Care and Respect in Bioethics*, escrito em 2015 durante o pós-doutorado e publicado em 2016. Comentarei este livro na próxima seção. Novamente satisfeito com os resultados alcançados, retomei minhas atividades na UFSC, em fevereiro de 2016.

2.5 – A repercussão internacional da minha carreira acadêmica (2016 ...)

O ano 2016, apesar da forte crise político-econômica do Brasil, foi extremamente produtivo na minha vida acadêmica. De volta ao Departamento de Filosofia da UFSC, continuei as minhas atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro da perspectiva já enunciada anteriormente: aulas na graduação e pós-graduação na área da ética; retomada da bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq (1C); orientações de Iniciação Científica, mestrado e doutorado; bancas etc. etc. Em termos gerais, então, tentei seguir as atividades rotineiras da função. Por exemplo, fui convidado para participar do 16º

Simpósio Catarinense de Bioética (23/09/2016), promovido pelo Hospital Dona Helena, em Joinville, onde fiz uma palestra sobre “Ética e Política” e publiquei uma entrevista na *Conecthos* sobre o tema. Ali, manifesto-me sobre a crise pela qual passamos ainda hoje. Também participei de eventos nacionais importantes (ANPOF, 2016, em Aracaju, onde inclusive ofereci um minicurso intitulado “Princípios Bioéticos e Edição do Genoma Humano”) e dois internacionais (Conference on Wittgenstein’s Ethics, em Lisboa, a convite de António Marques, da IFILNOVA, e o IV Latin-American Congress of Analytic Philosophy, na Costa Rica, onde apresentei um trabalho chamado “The epistemic basis of caring”). Finalmente, organizei o V Workshop Wittgenstein: Linguagem, Ética e Estética, em Treze Tílias, cidade catarinense de descendentes de imigrantes austríacos, que resultou num número especial da revista *ethic@* (volume 15, n.2, 2016), comemorativo aos seus quinze anos. Naquela cidade, ofereci um minicurso sobre a vida e a obra do filósofo austríaco Wittgenstein. Por essa razão, recebi, numa caixa luxuosa da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, uma honrosa homenagem que inclui uma flor *Edelweiss*, dos Alpes, flor símbolo da Áustria.

O ano de 2016 foi, todavia, excepcional na minha carreira por dois motivos. Primeiro, porque foram publicados dois livros no exterior: *Care and Respect in Bioethics* (Newcastle: Cambridge Scholars, 2016) e *La ética en Wittgenstein y el problema del relativismo*. Ao invés de apresentar a minha visão desses trabalhos, vou reproduzir aqui algumas declarações de colegas que leram os livros antes de publicá-los e fizeram alguns “elogios” (*blurbs*) em apoio à sua publicação. Ao livro *Care and Respect in Bioethics*, assim manifestaram-se vários professores: “Bioethics has been challenged by a seemingly irresolvable dilemma. Two compelling ideals, concern for patients’ well-being, on the one hand, and respect for their dignity or autonomy, on the other, seem unalterably opposed. Focusing on the former to the exclusion of the latter can lead to paternalism, while focusing on the latter of the former, can lead us to cold indifference. Darlei Dall’Agnol’s book is a much-needed attempt to work out, not just how to balance these competing concerns, but how to integrate them into the idea of respectful care.” (*Professor Stephen Darwall, Yale University, USA*); “This rich, philosophically informed, and humane book argues powerfully for the view that the idea of respectful care lies at the heart of bioethics. It is engaging and accessible, and should be read by all with a serious interest in the ethics of how we treat others in the health care context.” (*Professor Roger Crisp, Oxford University, UK*); “In a world where it is increasingly recognized that medical care and health require more than technical knowledge, Darlei Dall’Agnol

provides a strikingly original account of what more is needed. In so doing, he shows how to rethink fundamental questions about the distinctive kinds of knowledge, and ways of knowing, essential for connecting moral thought and practice. His theory, ‘practical cognitivism’, provides a compelling picture of how to integrate the two major dimensions of moral concern that find expression in medicine: caring and respect.” (*Professor Peter Railton, University of Michigan, USA*); “Caring and respect are the two most important attitudes in bioethics, but how they can be unified in a single account? For a unified theory we need both an account of which rights a person has or could have, and how people can develop the appropriate dispositions of respecting others, as well as an account of the basic human needs and forms of well-being and of how one could develop the appropriate sympathetic disposition of caring. Through an approach enriched by hard cases, Darlei Dall’Agnol develops a very insightful and persuasive account of how the single attitude of respectful care forms a unified and integrated form of moral practical knowledge in the bioethical domain.” (*Dr Marco Antônio Oliveira de Azevedo, Unisinos, Brazil*); “Professor Dall’Agnol challenges the structure of bioethics with a reconceptualization of the role of principles and action. He argues that bioethics has operated with an insufficient moral epistemology with its focus on knowing-that and neglect of knowing-how. His ‘practical cognitivism’ opens up a space for bioethics to engage in the practice of knowing-how beyond mere application of principles. The attitude of ‘respectful care’, a synthesis of principled respect with direct concern, is able to embody this new approach to moral epistemology. His method can unite the divergent views of deontologists, consequentialists, and virtue ethicists in practice.” (*Professor Frederick Rauscher, Michigan State University, USA*). Também o livro *La ética en Wittgenstein y el problema del relativismo* foi apresentado em termos elogiosos: “El libro que el lector tiene entre sus manos le resultará de interés tanto si no está familiarizado con el pensamiento de Wittgenstein, como si lo está. En el primero caso, porque en el capítulo inicial de su libro el profesor Dall’Agnol ofrece una síntesis, admirablemente concisa y precisa, de las líneas maestras del pensamiento de quien muchos no dudarían en considerar hoy como el filósofo más importante del siglo XX. En el segundo, porque en el resto de capítulos el lector familiarizado con la filosofía wittgensteiniana será testigo del abordaje de esta desde una perspectiva que no suele ser usual, me refiero a la ética. ... Aunque no comparto algunas de las interpretaciones que Dall’Agnol hace del pensamiento de Wittgenstein, y me siento más propenso de lo que él lo hace a comprender lo que de correcto pueda haber en los puntos de vista no cognitivistas y relativistas en ética, de algo no dudo: las

tesis que el lector va a encontrar en este libro merecen una seria consideración.” (*Vicente Sanfèliz Vidarte, Universidad di València*).

Em segundo lugar, recebi, em 2016, dois dos mais honrosos convites da minha vida acadêmica. Um deles foi feito pelo Oxford Uehiro Centre for Practical Ethics para participar de um Consórcio Global sobre neuroética, válido por cinco anos (2016-2021, com possibilidade de renovação por mais 5 anos), intitulado “O3 – Our Brains, Ourselves, Our World”, coordenado pela professora neurocientista Dra. Iina Singh (www.o3brain.org). Trata-se, certamente, de um reconhecimento do meu trabalho feito naquele centro. No âmbito desse consórcio, já participei de 3 atividades: primeira, de um encontro patrocinado pela Wellcome Foundation, na sua sede próxima a Londres, de 29 de junho a 01 de julho de 2016, estabelecendo os eixos temáticos do consórcio, em especial, participei de um debate sobre a ética da neurociência analisando um caso específico levantado por Julian Savulescu, diretor do Uehiro, a partir dos princípios fundamentais da bioética, pois trata de experiências de melhoramento (*enhancement*) cognitivo de estudantes (seres humanos); segunda, participei, juntamente com os outros pesquisadores do O3 de uma “*response*” ao chamado do governo americano no contexto do B.R.A.I.N.; finalmente, atuei como parecerista do grupo num pedido de financiamento de bolsa de jovem pesquisador (*O3 Early Career Researchers*, no valor de 10 mil libras), em neuroética, também sobre melhoramento cognitivo. Como consequência do meu envolvimento no O3, nos próximos anos, redirecionarei minha pesquisa para as interfaces entre bioética e neuroética. Sinto-me muito orgulhoso em participar desse consórcio global coordenada por uma das melhores universidades do mundo.

O outro acontecimento importante foi ter recebido um convite da Michigan State University, primeiro na pessoa do professor Frederick Rauscher e depois oficialmente do Chefe de Departamento de Filosofia, para dar continuidade à nossa cooperação filosófico-científica. Assim, submeti um pedido à Fulbright para ser professor visitante naquela instituição. No dia 19 de dezembro de 2016, certamente um dia significativo para a democracia americana, recebi o comunicado oficial que tinha sido contemplado e, assim, serei *Visiting Scholar* de setembro de 2017 a janeiro de 2018, na MSU, onde darei aulas sobre fundamentos filosóficos da bioética, no primeiro semestre daquele ano acadêmico, e farei algumas pesquisas na área da neuroética. Dado que o status de *Visiting Scholar* é agora diferente, ou seja, não mais apenas pesquisando como nos meus pós-doutoramentos, mas estarei efetivamente dando aulas na MSU, considero essa uma das mais altas honras da minha vida acadêmica conseguidas até hoje.

O que vou agora apresentar, na última parte, é um visão geral breve de como vejo, hoje, a filosofia. Em certo sentido, ela também reflete o percurso, não mais de forma cronológica e acadêmica, do meu desenvolvimento intelectual mostrando como concebo a filosofia atualmente. Penso ser importante apresentá-la nesse momento em que será julgado se posso ou não me tornar Professor Titular.

TERCEIRA PARTE:

Como vejo, hoje, a filosofia

Nesta última parte, então, vou apresentar a minha concepção atual de filosofia. Parece-me adequado iniciar com *uma* definição, entre outras possíveis, da própria filosofia. Como a origem da palavra indica (do grego, filo-*sophia*), ela significa, basicamente, *amizade ou amor à sabedoria*. Essa definição etimológica não é trivial, mas da mais alta importância, pois ela identifica uma atitude e um objeto da nossa busca, a saber, a sabedoria. O filósofo não quer, por conseguinte, acumular poder, riqueza, sucesso, conhecimento informacional, prazeres etc., mas uma forma especial de *saber* (do latim, *sapere* = ter gosto). Por isso, a sabedoria não é identificável com o acúmulo quantitativo de qualquer tipo de conhecimento, por exemplo, sobre certos fatos triviais do mundo ou da vida. É muito mais do que isso. Então, é necessário analisar de maneira mais detalhada que forma de *saber* é essa.

Para fins de argumentação, vou postular inicialmente que a sabedoria é melhor compreendida como um *saber-como usar o conhecimento para agir corretamente e viver bem*. Vou qualificar essa concepção da filosofia como sendo “socrática” por razões que ficarão mais claras a seguir. Estou convencido de que já é hora de resgatarmos essa função *protagonista* da filosofia que, por muito tempo, ficou subjulgada à religião e, hoje, está escravizada pela tecnociência. O clamor pela sabedoria, e não apenas por mais conhecimento, é claro em muitas áreas, por exemplo, na bioética e na ecoética. A tecnociência está hoje colocando a nossa existência em perigo e precisamos de sabedoria para reverter esse quadro. A sabedoria filosófica é, então, o uso do *conhecimento* e não de *mitos* sem evidência observacional, de *ideologias* que intencionalmente invertem a representação do real, de *superstições* que desorientam as ações, de *preconceitos* que mascaram pessoas, de meras *crenças* ou até mesmo crenças falsas que distorcem os fatos, de *informações* parciais que confundem etc. para agir corretamente e viver bem. Para o filósofo, então, é importante definir o que seja o próprio conhecimento e estabelecer os tipos de saber que melhor guiam para o bem supremo, ou seja, para o bem viver ou a felicidade.

Assim definida como forma de saber aplicado, a filosofia precisa ser caracterizada, primeiramente, de forma negativa: ela não pode ser confundida com o conhecimento de senso comum, nem *reduzida* às ciências naturais ou até mesmo às

sociais e humanas. Ela não é um tipo de conhecimento cotidiano que é natural, isto é, a-metódico, a-sistemático e, muitas vezes, dogmático. Por isso, a filosofia também não pode ser considerada apenas sabedoria popular que expressa, de forma não-refletida, certo saber. Tampouco é um mero conhecimento de tipo proposicional como são as ciências que se limitam a *explicar* os fatos do mundo e, via tecnologia, transformá-lo. Se considerarmos o método hipotético-dedutivo-falseável popperiano um bom exemplo de procedimento científico, torna-se claro que a filosofia *não* é uma ciência. Além disso, se aplicarmos outros métodos, por exemplo, o hermenêutico, para algumas ciências humanas e sociais aplicadas, que visam descrever para melhor *compreender* certos fatos, a mesma conclusão segue-se. A filosofia também não delimita um objeto entre todos os entes do mundo para dedicar-se exclusivamente a ele como fazem todas as ciências particulares. Em certo sentido, todos os entes são objetos do filosofar e isso a distingue radicalmente de qualquer ciência. Dito brevemente: *há diferenças metodológicas, de “objeto” e de tipo de conhecimento entre filosofia e ciência*. Por conseguinte, o naturalismo do tipo quineano não se sustenta. Além disso, a filosofia precisa ser *crítica* da ciência distinguindo-a claramente da pseudociência. Esta é outra característica da concepção socrática: a filosofia é eminentemente crítica. Não há lugar para o cientificismo nessa concepção de filosofia. Por isso, lastimo a excessiva especialização acadêmica atual de alguns “filósofos,” principalmente, da filosofia experimental que pretende simplesmente imitar o método científico. Ao contrário das ciências, a filosofia guarda uma pretensão de compreensão do “ser”, isto é, do mundo como um todo. A filosofia tampouco pode ser confundida com uma religião qualquer, pois não está baseada na fé apenas, ou seja, não postula crenças como dogmas e nem certezas subjetivas. Ao contrário, a filosofia consolidou-se no período grego clássico questionando uma explicação religiosa e metafísica (transcendente) do mundo. Novamente, a filosofia precisa ser *crítica* da religião distinguindo-a claramente de obscurantismos e fundamentalismos. Finalmente, a filosofia enquanto forma de saber não pode ser confundida com as artes, que também pressupõem um saber-como, mas técnico, pois elas estão mais preocupadas com a produção de beleza do que com a aplicação do conhecimento para o viver bem, embora possam evidentemente contribuir para tal finalidade. Mais uma vez, a filosofia precisa ser *crítica* da arte distinguindo-a claramente da pseudo-arte.

Feita a caracterização negativa da filosofia, é necessário, agora, apresentar seus principais traços de forma positiva. Primeiro, uma concepção socrática de filosofia

pressupõe o saber de si, ou seja, segue de perto o imperativo “Conheça-te a ti mesmo” e outros atribuídos aos sete sábios tais como “Nada em excesso”. Uma concepção socrática de filosofia nega conhecimento na metafísica (se somente existem fatos naturais ou também entidades supranaturais), mas não em áreas fundamentais da existência humana como, por exemplo, na ética. O conhecimento de si envolve, certamente, fatos básicos sobre a biologia humana, mas também *saber-como* agir virtuosamente, *saber-como* ser temperante, corajoso, justo, *sábio* etc. Busca-se, enfim, o conhecimento de si que funda as virtudes. Não há, portanto, como ser sábio sem ser virtuoso. A sabedoria é um modo de ser. Não há paradoxo ou contradição aqui e, nesse sentido, as escolas socráticas menores erraram ao decair no ceticismo negando o aspecto positivo do método da ironia/maiêutica assim como errou o platonismo ao incorrer na metafísica. Por isso, a vida refletida leva ao *reconhecimento dos limites do entendimento humano*. Foi exatamente essa percepção que também distinguiu, já no período clássico, os sofistas que se autoproclamavam detentores do saber, daqueles que estão permanentemente buscando a verdade, ou seja, os filósofos. O famoso dito socrático “não sei, nem digo que sei,” responsável por consagrar o mais sábio dos humanos, foi levado a sério por importantes filósofos ao longo da história, por exemplo por kantianos, que estabeleceram os limites do conhecimento mostrando que a metafísica não pode ser ciência, e por wittgensteinianos que, da mesma forma, demarcaram com a mesma finalidade os limites do sentido e da linguagem significativa. Portanto, *re-conhecer* os limites do saber é o *início* da sabedoria e expressão mesma do saber de si.

Se aceitarmos esse ponto básico da filosofia, a principal implicação que se segue é o *agnosticismo* em questões metafísicas. Este pode ser definido como a impossibilidade de conhecimento último do mundo *como um todo* e da realidade *em si mesma*, pretensão essa constante da metafísica tradicional. Dito de outro modo, não há como decidir entre duas visões antagônicas do mundo que pretendam dar uma explicação final de tudo o que há: nem as ciências experimentais, que são certamente o projeto mais racional que temos de explicação dos fatos, com suas pressuposições naturalistas, podem dar a palavra final, nem as religiões que postulam entidades transcendentais ao mundo espaço-temporal podem provar a existência daquilo que é mero objeto de fé. É evidente que a religiosidade não precisa necessariamente reportar-se ao transcendente, ou seja, pode-se considerar a vida atual valiosa em si, auto-suficiente etc. Novamente, o início da sabedoria consiste no reconhecimento dos limites do conhecimento humano como todo bom agnóstico faz. Não somos apenas falíveis, mas finitos. Toda *ontologia* que construirmos será sempre,

necessariamente, finita se se basear na sabedoria. Certamente, é pertinente diferenciar tipos de entidades, por exemplo, *fatos de valores, objetos de processos, pessoas de coisas*, etc. mas não podemos fazer um catálogo completo do mundo. Mesmo que conseguíssemos fazê-lo do o nosso *uni-verso*, ele pode não ser tudo o que existe.

A filosofia consolidou-se no período clássico grego contra explicações míticas da realidade e contra afirmações metafísicas do tipo “tudo é água”. Então, os chamados “pré-socráticos” não se livraram da metafísica. Faltava-lhes a humildade epistêmica socrática. Em outros termos, um verdadeiro agnóstico mantém uma postura não-metafísica diante do mundo: nem afirma nem nega o conhecimento da realidade em si e a existência ou não de entidades suprassensíveis. A filosofia deve precaver-se tanto da ideologização da ciência quanto da religião. Por isso, em filosofia não podemos ser nem ateístas nem deístas ou teístas. Sobre questões metafísicas, é sábio proclamar a *douta ignorantia*. Sobre questões metafísicas, temos que calar. Tanto uma religião transcendente de adoração do *sagrado* quanto uma baseada simplesmente numa mística do *re-ligare* o ego ao natural, com seus múltiplos ritos (ir à missa ou fazer trilhas ecológicas), são expressões da religiosidade que não cabe ao filósofo defender ou condenar exceto quando elas se transformam em superstições e fundamentalismos. Portanto, a sabedoria supõe o agnosticismo em questões metafísicas.

Estabelecido o agnosticismo a partir da concepção de filosofia como busca de sabedoria, daí não se segue que tenhamos que aceitar o *ceticismo* radical. Em outros termos, o conhecimento de como as coisas nos aparecem é possível e a ciência experimental moderna é a melhor expressão desse saber. Por isso, é necessário assumir um tipo de naturalismo apenas *metodologicamente* sem nos comprometermos com o naturalismo metafísico, ou seja, temos que buscar o conhecimento a partir dos melhores procedimentos das ciências modernas, mas sem proclamar que conhecemos a realidade *última* de todas as coisas. Parece evidente que as próprias ciências modernas têm pressupostos metafísicos. Consideremos, para fins de ilustração, uma explicação a partir do Big Bang/Big Crash na cosmologia e na astrofísica sobre o começo do nosso *universo* atual, mais a teoria evolucionista sobre como a vida orgânica surgiu e “desenvolveu-se” neste nosso planeta etc. Essas teorias podem ser aceitas como verdadeiras, mas elas pressupõem uma visão do espaço/tempo (cíclica, talvez, de eterno retorno) que pode ser contraposta por outras compreensões do *mundo como um todo*, por exemplo, com uma visão agostiniana que sustenta que o tempo surgiu com o mundo e que a descrição bíblica pode ser compreendida metaforicamente. Em outros termos, há uma equipotência entre a

afirmação metafísica “só há fatos naturais” e sua negação o que mostra que elas tentam dizer algo que não pode ser conhecido. Por isso, a ciência moderna não pode se auferir a condição de explicação *final* de tudo o que há. Em outros termos, o suprassensível não pode ser definitivamente negado. Mas atenção: novamente, a ciência moderna é a melhor explicação factual que dispomos. O que estou defendendo é apenas que ela não pode ser transformada numa metafísica. Por isso, o agnosticismo é a única posição razoável sobre questões como a verdadeira natureza do espaço-tempo, pois é uma atitude não-metafísica que diz: se aceitarmos uma concepção de espaço-tempo assim ou assado, então tal visão de mundo resulta. Essas visões de mundo, a saber, a cientificista e a religiosa são *antagônicas*. Por isso, o agnosticismo nem afirma nem nega divindades, se há uma (Jeová ou Deus ou Alá) ou muitas (Brahma, Shiva etc.) e também não subscreve uma mística particular enquanto caminho único para o bem viver. Não há provas da existência ou não existência de divindades; elas são objeto de crença apenas. Essa postura foi, claramente, sustentada pelos pirrônicos que suspendiam o julgamento sobre essas questões, mas continuavam investigando sobre problemas empíricos e cotidianos. Então, do agnosticismo na metafísica não se segue que a melhor explicação sobre fatos particulares não seja dada pelas ciências. Não há como negar esse tipo de conhecimento e pode-se *mostrar* a sua existência com proposições concretas, por exemplo, que a água é formada por dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio. Não há como negar esse fato. O ceticismo radical é, por conseguinte, sem sentido, pois não pode *negar* que o conhecimento seja possível. Para fazê-lo, um cético teria que ter dois acessos à realidade: um tal como a conhecemos e outro independentemente verificando como a realidade é em si para, então, *negar* que o modo como a conhecemos coincide com ela. Em outros termos, o cético teria que sair da condição humana; sair, por assim dizer, da sua própria pele, da nossa forma de vida. Novamente, não há conhecimento na metafísica e o cético, nesse sentido, tem que reconhecer os limites do saber. Portanto, o cético radical precisa silenciar e nada pode negar. É claro que o cético pode *duvidar*, mas essa é uma atitude saudável também para o próprio filósofo que pode assumir o ceticismo metodológico, embora não o radical. Portanto, o cético não pode negar que exista conhecimento.

O ceticismo prático, que nega que existe conhecimento moral, também pode ser refutado. Isso precisa ser feito para estabelecer um *cognitivismo ético* em bases sólidas. Tenho rejeitado o ceticismo prático com o seguinte argumento: (P1) Se não existisse a capacidade de seguir normas, então não seria possível duvidar que existe conhecimento; (P2) o cético duvida que exista conhecimento moral; (C) existe a capacidade de seguir

normas. A capacidade de seguir normas é, como veremos, a melhor definição de saber-como. Esse argumento é *válido e correto* e a própria filosofia se expressa por argumentos dessa natureza, isto é, cogentes. Por isso, ela é corretamente vista como guardiã da própria racionalidade. Aliado ao critério de distinção entre tipos de regras (morais, legais etc.), o argumento contra o ceticismo possibilita-nos seguir na elaboração do *cognitivismo prático* estabelecendo subtipos de saber-como: moral e não-moral. O saber moral é aquele que não apenas expressa uma valoração intrínseca, por exemplo no cuidado e no respeito, mas também postula que ele sobrepõe-se aos demais valores, principalmente, aos instrumentais.

Se aceitarmos o agnosticismo e o cognitivismo prático baseados na concepção de filosofia acima postulada, então temos como corolário o *pluralismo*. Este não apenas caracteriza-se pela multiplicidade de visões de mundo (cientificista, religiosa, agnóstica etc.), mas também pela pluralidade de estilos de vida valiosos de se viver. Desde a filosofia clássica, sabemos que não é apenas o prazer que é precioso *em si* e valioso de se ter *por si mesmo*, mas também o conhecimento, as virtudes, a contemplação estética do mundo e de artefatos artísticos, certos tipos de relações pessoais como, por exemplo, a amizade perfeita, o respeito mútuo, o cuidado recíproco etc. Temos, então, que aceitar o pluralismo axiológico e não apenas de visões de mundo como muitos filósofos fazem, na tradição mooreana, argumentando contra o hedonismo. Ora, essa multiplicidade de valores produz a possibilidade de múltiplos planos de vida que geram estilos de viver com seus diferentes costumes, tradições, ritos, princípios, valores instrumentais etc. A pluralidade de visões de mundo e a multiplicidade de valores intrínsecos levam à diversidade ideológica e a formação de grupos, partidos etc. Assim, se considerarmos fracassada a tentativa aristotélica (e também a mooreana) de mostrar que um estilo de vida é superior aos outros, então temos que, *necessariamente*, aceitar o pluralismo axiológico e partidário, fundamentados no agnosticismo e na definição socrática de filosofia. Mais adiante, explorarei as implicações *políticas*, principalmente, para a democracia que também pode ser considerada valiosa em si, mas é necessário adiantar que, *pace* rawlsianos, o pluralismo razoável não é um fato e deve antes ser construído filosoficamente por, como veremos a seguir, uma teoria ética sólida. O relativismo descritivo pode até ser verdadeiro, mas dele não se segue o relativismo normativo. Ao filósofo, então, é recomendada não apenas humildade epistêmica no reconhecimento dos limites do conhecimento, mas também a valorativa: seu estilo de vida é um entre outros. *Re-conhecer* o pluralismo é outro passo importante rumo à sabedoria.

Do *pluralismo axiológico*, entretanto, não se segue o *relativismo ético*. Se todas as pessoas, independentemente de suas visões de mundo e estilos de vida, quiserem viver bem, isto é, co-existir pacificamente e cooperar das mais diferentes maneiras, não apenas economicamente, mas também culturalmente (fazendo ciência, inovando na tecnologia, produzindo arte, incrementando o lazer etc.), então é necessário construir *uma* moralidade comumente partilhável (daqui pra frente, uma Moral-CP). Somente ela é capaz de evitar o relativismo. Como aristotélicos, kantianos e wittgensteinianos sabem, precisamos procurar fundamentar essa moralidade na nossa *forma-de-vida*: não no bem em si, mas no bem humano, ou seja, de seres racionais e finitos, enfim, seres com linguagem. É claro que disso não se segue o antropocentrismo, mas apenas afirma-se uma perspectiva antropomórfica.

Essa moralidade pode ser construída filosoficamente a partir de um tipo especial de metaética, a saber, do *cognitivismo prático*. A tese central do cognitivismo prático é a de que a moralidade humana é basicamente constituída por um subtipo de saber-como. Por isso, é importante analisar conceitualmente o saber-como distinguindo-o do saber-que (do tipo proposicional, geralmente definido como crença justificada em proposições verdadeiras). Ora, se perguntarmos sob que condições necessárias e suficientes um sujeito *A sabe-como φ* (por exemplo, dirigir), a resposta pode ser formulada nestes termos: (i) *A* foi treinado a φ ; (ii) φ é constituído pelas normas *x*, *y*, *z*; (iii) *A* é capaz de seguir as normas constitutivas de φ . Como pode ser constatado, o saber-como não se deixa *reduzir* ao saber-que. Ele é a base do cognitivismo prático. Tenho desenvolvido essa forma de epistemologia para dar sustentação à uma Moral-CP que garante a sua objetividade e a universalidade. Normas podem ser princípios universais ou regras particulares e alguns exemplos constitutivos da Moral-CP serão fornecidos a seguir. A principal vantagem teórica do cognitivismo prático, entretanto, é fornecer uma boa descrição da normatividade, pois ela é o ingrediente central do modelo analítico acima apresentado permitindo uma diferenciação clara entre princípios, regras etc. e fatos. O cognitivismo, enquanto epistemologia moral, está bem fundamentado numa ontologia sólida: confundir fatos e normas é cometer *erros categoriais* elementares. Dado que somente ontologias regionais são possíveis, é necessário sublinhar as diferenças entre conceitos éticos tais como valor intrínseco, pessoas, ações, propriedades morais, etc. de outros tipos de conceitos. Ora, conceitos éticos, como todo mooreano sabe, somente podem ser definidos em termos éticos e não em termos naturais ou metafísicos sob pena de cometer-se uma falácia ou erros categoriais. O pluralismo, portanto, não é por si só razoável (vide conflitos

religiosos) e muito menos um fato, mas se construirmos uma moralidade comum baseada, por exemplo, no saber-como cuidarmo-nos uns dos outros para viver bem, então podemos superar o relativismo extremo. Coerentemente, para um agnóstico pluralista, certa dose de relatividade em algumas questões comportamentais precisa ser permitida por essa moralidade comum exatamente como expressão de diferenças entre alguns valores e crenças (por exemplo, permissibilidade da eutanásia voluntária). Todavia, um agnóstico pluralista também sustenta que é necessário um chão comum para todos, um mínimo denominador, independentemente de visões de mundo e estilos de vida e este é dado pela participação na forma-de-vida humana. Nesse sentido, parte-se da mais absoluta igualdade moral entre as pessoas, ou seja, todas são detentoras de direitos e portadoras de obrigações, por exemplo, do direito a ser respeitado e, ao mesmo tempo, do dever de respeitar. O respeito é simultaneamente um direito e um dever para todas as pessoas. A reciprocidade é fundamental e forma o núcleo duro de uma Moral-CP permitindo certas diferenças valorativas e cognitivas. Por isso, é necessário analisar melhor o respeito recíproco.

Uma questão fundamental a que chegamos, partindo da concepção socrática de filosofia, passando pelo agnosticismo e pelo pluralismo, é esta: como podemos justificar e dar conteúdo à uma Moral-CP? Uma resposta já foi parcialmente dada a partir da constituição da nossa forma-de-vida seguindo uma via ontológica aristotélica-kantiana-wittgensteiniana, mas outra pode ser dada a partir do próprio estado da arte da ética normativa. Assim, se definirmos a ética como uma *reflexão filosófica sobre a moralidade* e mantivermos presente tanto os seus aspectos metaéticos, alguns já trabalhos anteriormente, quanto as dimensões normativa e aplicada, poderemos justificar um sistema moral comum e publicamente partilhável. Ora, como é sabido há, contemporaneamente, três grandes modelos de reflexão normativa para estabelecer a correção (permissão ou obrigatoriedade ou proibição) dos atos: as éticas de virtudes, principalmente, de inspiração aristotélica, mas também estoica etc.; as éticas deontológicas, de inspiração kantiana; e, finalmente, as éticas consequencialistas de inspiração millenana. Alguns eticistas pensam que essas perspectivas são incompatíveis –e, de fato, em alguns pontos elas o são–, mas tenho trabalhado no sentido de mostrar que há muita congruência entre elas e que, na verdade, é possível construir uma ética normativa que supere essas divisões. Assim, partindo de uma ética de princípios deontológicos (que tanto deontologistas quanto consequencialistas subscrevem), é possível mostrar que uma norma *básica* da moralidade pode justificar tanto regras quanto virtudes. Ao invés

de usar a Regra de Ouro para ilustrar esse ponto, pois, de fato, ela possui problemas, tenho recentemente sustentado que devemos reformular a chamada “Teoria Tríplice” estabelecendo um *primeiro princípio* na ética normativa nestes termos: *sabidamente, siga aquelas normas que trazem as melhores consequências e que, portanto, podem ser universalizadas e não seriam rejeitadas por uma pessoa virtuosa*. Esse princípio tem o status de, para usar o jargão wittgensteiniano, uma proposição fulcral e, na verdade, eu já o utilizo há alguns anos nos meus trabalhos éticos. Por isso, o contratualismo não pode ser uma teoria ética, mas apenas política. No princípio básico, temos a inclusão de vários elementos que precisam ser aceitos por eticistas das virtudes e por consequencialistas e deontologistas. Trata-se, por conseguinte, de um progresso teórico importante na ética normativa. Como ficará claro a seguir, esse axioma é capaz de justificar outros princípios secundários (por exemplo, da política e do direito), mas também regras particulares de ação e certos traços de caráter, ou seja, virtudes.

Este parece ser, então, o momento mais adequado para fazer uma avaliação geral dos três modelos éticos normativos apontando o que tenho retido de cada um deles e o que tenho recusado. Da ética de virtudes, penso que seja importante manter a tese da centralidade de educação moral para a formação do caráter, embora tenhamos que rejeitar a tese de que a pessoa boa é o critério suficiente de correção moral. Certamente, o exemplo é importantíssimo na *educação* moral, mas não serve para *justificar* ações. Em outros termos, temos que rejeitar a forma de estabelecer aquilo que é correto ou incorreto da ética de virtudes assim como a tentativa de validação de *ethos* particulares via a suposta existência de costumes e tradições. Esse tipo de conservadorismo moral é prejudicial, assim como o questionamento da autonomia pessoal e a consequente defesa dos valores efetivamente existentes de uma comunidade. Novamente, segundo uma concepção socrática de filosofia, uma vida não refletida não é boa em si: uma prática por si só não é moral (ou imoral). Por conseguinte, eu rejeito o particularismo geralmente associado à ética de virtudes que, como pode ser percebido na defesa da justiça natural, não é tão aristotélica quanto pretende. Claro que podemos aceitar outras teses realmente aristotélicas, a saber, que virtudes são boas em si e também contribuem para o bem viver. Em especial, temos que reconhecer que a *phronesis* é importante para não termos um regresso *ad infinitum* na justificação e aplicação de normas morais; que a justiça natural é a mesma em todos os lugares para todas as pessoas, por exemplo, que uma distribuição equitativa de bens é a única justa etc. Enfim, a vida moral não é composta somente por normas, mas também por virtudes, sentimentos, emoções etc.

Do consequencialismo, retenho a tese que devemos maximizar o bem-estar das pessoas minimizando a dor e o sofrimento, mas rejeito o hedonismo subjacente ao utilitarismo clássico. Por isso, o prazer não é o único portador de valor em si e podemos conceber uma forma sofisticada que incorpore elementos deônticos, por exemplo, que tenhamos que maximizar o respeito mútuo entre pessoas. Todavia, rejeito também a tese de que somente as consequências contam para estabelecer a correção dos atos. Na realidade, se considerarmos uma ação voluntária como uma totalidade orgânica, no sentido mooreano, ou seja, como *intenção+ato+resultado*, então veremos que tanto deontologistas ortodoxos que colocam o peso exclusivo na intenção ou no ato quanto consequencialistas radicais que somente computam resultados erram ao desprezar partes significativas daquilo que estabelece a correção moral. De qualquer modo, o consequencialismo tem tido um papel importante na expansão das nossas considerações morais, por exemplo, na discussão de questões de zooética.

De algumas formas sofisticadas de deontologia, tenho mantido a tese de que atos podem ser corretos em si mesmos, por exemplo, uma divisão equitativa de bens entre pessoas, mas rejeito formas radicais que são anticonsequencialistas (por exemplo, o intuicionismo). Um princípio central do meu trabalho em bioética tem sido o respeito pela pessoa que tem claramente inspiração em éticas deontológicas, por exemplo, do respeito universal. É claro que o conceito de pessoa não pode ter conotação metafísica aqui (por exemplo, *imago dei*), mas precisa ser compreendido apenas como um ser capaz de seguir regras e que, portanto, é portador de direitos e obrigações e não somente de autodeterminação. Finalmente, assim como nas éticas consequencialistas, concordo com o universalismo das principais versões das éticas deontológicas. Visto que defendo a tese da não-prioridade entre ‘bom’ e ‘correto’ sendo ambos definíveis via valor intrínseco, não resta maiores dúvidas sobre a possibilidade de superar essas divisões normativas rumo a um consequencialismo kantiano capaz de incorporar virtudes como elementos centrais da vida moral.

Seguindo a concepção socrática de filosofia, uma implicação da aceitação do axioma ético acima enunciado é a possibilidade de elaborar uma norma de nível intermediário que pode ser chamada de “princípio da responsabilidade pessoal” dado que ele justifica tanto aspectos individuais quanto públicos da moral. Ela é pode ser formulada da seguinte maneira: *todas as pessoas têm a responsabilidade de agir corretamente e escolher um plano de vida satisfatório para si e que contribua também para o bem comum*. Essa norma pode ser justificada pelo primeiro princípio da ética, pois,

certamente, segui-la traz as melhores consequências e ela pode ser universalizada. Esse princípio *prima facie* estipula que pessoas devem cuidar de si mesmas (por exemplo, de sua saúde), cultivar certos traços de caráter (coragem, temperança etc.), se autorespeitar e contribuir, de uma forma ou de outra, por exemplo, com o seu tempo, com o seu trabalho, com os seus talentos, com investimento econômico, etc. para o incremento do bem comum. Nesse sentido, talvez a melhor alternativa econômica não esteja no capitalismo (cuja eficiência na produção ninguém duvida) ou no socialismo (cuja preocupação com a distribuição equitativa é louvável), mas num sistema misto de cidadãos proprietários aos moldes do cooperativado. Assim, o cuidado de si garante a autonomia moral e a auto-suficiência material. O cuidado de si é condição para poder cuidar de indivíduos vulneráveis. Em outros termos, as pessoas não são apenas responsáveis pelos atos que cometem, mas também pelo seu modo de ser, pela sua “personalidade” ou caráter. Parece claro, então, que há uma série de obrigações que as pessoas têm que estão relacionados consigo mesmas e é por isso que a Regra de Ouro falha em ser o princípio fundamental da ética apesar de ter forte valor intuitivo. É quase desnecessário dizer que o princípio acima enunciado não implica ou não pode ser confundido com o egoísmo ético.

Do primeiro princípio da ética é possível inferir também uma norma intermediária que justifique o Estado Democrático de Direito e, por consequência, realize o fim da política, ou seja, a preservação e incremento do bem comum. O princípio *prima facie* de um Estado de Direito pode ser formulado da seguinte maneira: *todas as pessoas devem ser governadas por um sistema igualitário de regras públicas que especifique os seus direitos e as suas obrigações, cuja finalidade deve ser o bem comum, proclamadas por uma autoridade competente, democraticamente eleita por todos os cidadãos, aplicado em casos de litígio por juízes imparciais em processos de julgamento justos*. Novamente, esta norma pode ser justificada pelo primeiro princípio da ética, pois traz as melhores consequências e pode ser universalizada. Ela estipula que as pessoas devem seguir as leis, participar da vida pública, contribuir para o cuidado mútuo, respeitar os outros e assim por diante. O princípio do Estado de Direito possibilita o estabelecimento de uma estrutura de Estado e forma de governo dividida entre poder legislativo, cuja função é fazer propor, votar e promulgar leis, poder judiciário, cuja função é aplicar as leis, mas não as criar e poder executivo, cuja função básica é administrar o conjunto de instituições fundamentais do Estado criando políticas públicas capazes de atingir o bem comum.

Voltarei a esse ponto a seguir especificando a melhor forma de governo e as funções do Estado.

Temos, agora, as pedras fundamentais de uma Moral-CP e seus principais desdobramentos jurídicos e políticos. Uma Moral-CP está fundada na *prioridade ontológica* do cuidado enquanto elemento comum necessário para todos os indivíduos da nossa forma-de-vida e também de outros animais não-humanos. Em outros termos, a forma-de-vida humana depende, como foi bem mostrado por alguns fenomenólogos, do cuidado (desde que nascemos até morrermos). Como também muito(a)s eticistas do cuidado já argumentaram, somente nos constituímos como pessoas na medida em que fomos cuidados, nos autocuidamos e, eventualmente, seremos cuidados novamente. Objeto do cuidado é o bem-estar e parece claro que ele é o mesmo para todos os membros da nossa forma-de-vida, por exemplo, depende da satisfação de necessidades *básicas*. Por outro lado, dado o pluralismo, acima fundamentado no agnosticismo e na concepção socrática de filosofia, temos uma multiplicidade de valores e projetos de vida. Por isso, se quisermos co-existir pacificamente e colaborar na realização dos nossos planos comuns, então é necessário que aceitemos e respeitemos as diferenças em crenças e valores derivadas do pluralismo. Dito de outro modo, o respeito tem *prioridade lógica*, pois ele possibilita a co-existência pacífica e as múltiplas formas de colaboração. Esse é o elemento da Moral-CP que precisa ser partilhado, isto é, aceito por todos independentemente de diferenças valorativas e cognitivas secundárias baseadas no gênero, na cor da pele, na orientação sexual, na nacionalidade etc. Se ele não existir, então abrem-se as portas da imposição via força, da violência física, psíquica ou moral, da intimidação etc. e, ultimamente, da tentativa de domínio via tirania de um sistema ideológico sobre os outros. Uma Moral-CP é, como foi visto acima, capaz de justificar o Estado de Direito e um governo democrático do Estado. Sem estes, teríamos então, provavelmente, um estado hobbesiano de natureza ou uma política guiada por interesses maquiavélicos de uso do poder pelo poder ou para favorecimento dos fortes. Neste sentido, a força bruta (violência) e o poder ilegítimo são o polo antagônico da ética.

Antes de apresentar mais claramente os fundamentos de governança do Estado e suas múltiplas funções, gostaria de esclarecer melhor os constituintes materiais da Moral-CP, a saber, o cuidado e o respeito apontando para a sua complementaridade. Se revisarmos, por um lado, as principais éticas do cuidado, incluindo as feministas, e, por outro lado, as principais éticas do respeito universal, perceberemos que é possível aproximar muito algumas variedades dessas éticas normativas. Claro, teorias do cuidado

radicalmente particularistas não podem ser compatibilizadas com as exigências do respeito recíproco universal, mas aí se trata de refutá-las, pois, claramente, possuem pressupostos que não podem ser sustentados. Isso pode ser feito partindo de uma análise conceitual do ‘cuidado’ que mostre não apenas que é necessária a simpatia da pessoa cuidadora, no sentido humeano desse termo, mas também que exista um efetivo ato benéfico em relação a quem está sendo cuidado porque isso é bom para aquele indivíduo *por ele mesmo*. No caso de cuidado de si, a mesma observação aplica-se. Em outros termos, o cuidado pode se constituir numa forma de valoração intrínseca incrementando o bem-estar de quem é cuidado. Os contextos institucionais baseados nas exigências do cuidado serão discutidos a seguir. Da mesma maneira, podemos ampliar a noção do respeito concebendo-o não apenas de forma negativa, como se ele protegesse tão somente uma esfera individualista afastando pessoas, mas também mostrando que o efetivo respeito consiste no reconhecimento da personalidade e que ela é portadora de direitos e obrigações, incluindo, mas não somente, o direito a ser cuidado. Direitos fundamentais são aqueles que são constitutivos da pessoa *qua* pessoa, a saber, das condições iguais de existência digna, basicamente, saúde, educação e segurança, juntamente com iguais liberdades tais como a de opção por um projeto de vida, comunicação de pensamentos, ir e vir, votar e ser votado etc. Direitos especiais diferenciam-se segundo as particularidades dos indivíduos (funções, atividades profissionais etc.). Por conseguinte, o respeito exige que cumpramos as nossas obrigações em relação aos direitos das pessoas porque isso é bom para elas. Uma análise conceitual do ‘respeito’ revela, enfim, que ele é o reconhecimento dos direitos da pessoa com o concomitante cumprimento das obrigações. Em se tratando do autorespeito, as mesmas exigências estão presentes.

A congruência entre éticas do cuidado e éticas do respeito pode também ser mostrada com a necessária complementaridade dessas noções. Para evidenciar esse ponto, tenho me inspirado na noção de cuidado racional. Assim, tenho proposto o conceito de *cuidado respeitoso* (ou respeito cuidadoso) que pode ser analisado nos seguintes termos: *A sabe-como* cuidar respeitosamente se e somente se: (i) A simpatiza com B, mas também reconhece-a como p (pessoa); (ii) p tem, entre outros, o direito básico à assistência no seu bem-estar; (iii) A cumpre as suas obrigações em relação a B *por ele mesmo*. Como se pode perceber, o *cognitivismo prático* fornece a base epistêmica necessária para aquela que pode ser considerada a atitude moral fundamental: o cuidado respeitoso que se aplica a todos os domínios da nossa vida, em especial, como veremos a seguir, em contextos de

ética aplicada tais como a bioética, a zooética, a ecoética, a neuroética etc. Importa também ressaltar que o modelo revela com clareza que o cuidado respeitoso é uma forma de valorar intrinsecamente um indivíduo preenchendo, enfim, o requisito diferenciador do saber-como moral. É possível, assim, explicitar uma série de medidas que devem ser cultivadas para fomentar o cuidado respeitoso: cultivar nas pessoas não apenas a simpatia, mas também a necessidade de reconhecimento dos outros enquanto pessoas apesar das diferenças; proteger direitos fundamentais; cumprir com as obrigações; efetivamente agir em benefício alheio; etc. Para garanti-lo, uma série de instituições precisam ser criadas dando corpo ao Estado tal como ele foi acima justificado a partir do cuidado e do respeito.

O cuidado mútuo exige uma série de instituições que garantam a sua efetiva concretização. É necessário zelar pela segurança pessoal e pública; é preciso criar um sistema misto de assistência à saúde; é necessário treinar, formar e cultivar capacidades e habilidades etc. Por isso, desde o ponto de vista do cuidado, como uma pessoa não pode cuidar de todas, é fundamental criar uma série de instituições tais como: sistemas que zelem pela saúde, segurança e educação. Uma ideia aproximada de como esses sistemas podem funcionar encontra-se na realização do NHS (Inglaterra) e do SUS (Brasil) que, certamente, podem ser aperfeiçoados; na educação fundamental e média públicas; num sistema eficiente de proteção da vida e do combate a todas as formas de crime. Particularmente, acredito que a melhor filosofia da educação seja uma educação baseada na filosofia: ela tem o potencial de realizar as transformações necessárias para criar um mundo melhor seguindo as diretrizes normativas aqui estabelecidas. Também o respeito recíproco justifica a instituição de um aparato estatal que proteja direitos, por exemplo, de um sistema judiciário eficiente e imparcial; de um legislativo que pense, acima de tudo, no bem comum; num executivo que promova a justiça social protegendo a igualdade e a liberdade civil. Penso que o poder executivo deva guiar-se pelo dito marxiano: “De cada um segundo suas capacidades e a cada um segundo suas necessidades.” Essa norma pode ser justificada pelo primeiro princípio da ética apresentado acima. Não é minha intenção, entretanto, (re)desenhar o Estado de forma detalhada mesmo porque esse é um processo contínuo. Alguns pontos serão retomados mais adiante quando tratarmos da aplicação da Moral-CP na ética prática.

Antes de fazê-lo, gostaria de tratar duas questões ético-políticas. A primeira diz respeito à justificação da existência do Estado e da legitimação do governante; a segunda, sobre a melhor forma de governança. Sendo a finalidade da política produzir, garantir e incrementar o bem-comum e não fazer a defesa de interesses particulares, o esforço

coletivo materializa-se no Estado. Por isso, no que diz respeito ao primeiro ponto, deve ter ficado claro que a teoria contratualista oferece a melhor justificação que temos até agora para a existência do Estado. Ela consiste em perguntar, contrafactualmente, o que aconteceria se o Estado não existisse. A resposta que, aqui, usando os resultados anteriores, apresentarei é que, num eventual estado de natureza, não existira o cuidado respeitoso e a vida seria pior. Por isso, são exatamente os dois ingredientes materiais de uma Moral-CP, ou seja, o cuidado e o respeito, que justificam a instituição do Estado e seu aparato administrativo. Como será visto a seguir, sendo a Moral-CP universal, ela não apenas legitima a instituição de Estados nacionais, mas também eventualmente de um Estado mundial. A diferença é apenas geopolítica e de âmbito administrativo. Agora, torna-se também evidente o princípio que legitima um governo público. Gostaria de formulá-lo da seguinte maneira dworkiniana: *um governo é legítimo se, e somente se, ele cuida e respeita a todos igualmente*. Segue-se, então, que a democracia é a melhor forma de governo porque é a única capaz de preencher esses requisitos e possui valor intrínseco.

A questão que resta tratar é esta: qual é a melhor forma de democracia, ou seja, a *direta* ou a *representativa*? A definição de democracia enquanto governo do povo, pelo povo e para o povo é aqui pressuposta entendendo-se por “povo” todos os membros da espécie *Homo sapiens*. Somente essa forma de governo atende os pré-requisitos apontados anteriormente: é boa em si e pode ser valorada por si e pelos seus resultados; é igualitária e universalista tal como é exigido por uma Moral-CP etc. Por isso, sua forma ideal é, certamente, a direta onde as pessoas votam e podem ser votadas, governam e são governadas. Sabemos, todavia, que sendo os humanos como são, ela pode ter excessos e precisa ser filtrada. Também sabemos que a democracia direta foi criada e praticada em Cidades-Estado no período clássico grego vitimando o próprio inspirador da concepção de filosofia que estamos desenvolvendo. Aquele foi, certamente, um julgamento injusto. O segundo tipo de democracia, ou seja, a representativa, foi, na principal forma que a conhecemos, criada na modernidade pelo desaparecimento da *polis* e surgimento do Estado-Nação e a necessidade de delegar autoridade. Ambas possuem problemas, em especial, a representativa que, hoje, é em muitos países uma oligarquia disfarçada e não responde mais pelos anseios da maioria. Por isso, defendo uma forma de democracia *agonística*, ou seja, uma forma de democracia tanto quanto possível direta (por exemplo, com a efetiva participação na administração comum, em *referenda* etc. e não apenas com votos delegando poderes) e com mínimo de representatividade (por exemplo, no legislativo teríamos um pequeno grupo de *experts* propondo projetos de leis que seriam

diretamente votados por todos os cidadãos). Temos condições tecnológicas hoje para implantar essa forma híbrida, mas não temos vontade política exatamente daqueles que se beneficiam desse *status quo* injusto e antidemocrático. Isso implica na votação direta das constituições e leis ordinárias, na votação direta para representantes do legislativo e do judiciário etc. Desse modo, estaria em constante tensão a efetiva vontade comum de todos e a interpretação dela pelos representantes. Acredito que isso valeria também para um Estado mundial dado que os Estados-Nação estão em estado de natureza uns em relação aos outros e, se temos razões éticas para instituir os últimos, temos também para o global. Este não apenas teria a finalidade de manter kantianamente a paz perpétua, mas também zelar pela justiça global, controlar o perigo da superpopulação, combater a extrema pobreza em escala mundial (talvez instituindo uma renda mínima –e máxima– universal), diminuir os efeitos globais do aquecimento, acabar com conflitos locais e imigração ilegal, eliminar paraísos fiscais e evasão de divisas etc. etc. Ele poderia ser financiado pelos Estados membros ou por um sistema de impostos sobre multinacionais, ou seja, sobre empresas que atuam em mais de um país, pois as vantagens da globalização precisam ser equitativamente distribuídas.

Para terminar, então, gostaria de apontar alguns problemas de ética prática que necessitam ser melhor tratados urgentemente dentro da visão aqui desenvolvida. Embora sempre tenha sustentado que, do ponto de vista filosófico, os problemas metaéticos têm primazia exatamente porque da sua resolução depende a orientação para a ação, do ponto de vista prático, os problemas morais são mais importantes cotidianamente. Tenho me interessado mais por questões bioéticas e, considerada holisticamente, a minha reflexão segue um princípio de reverência à vida como um todo, que pode ser valorada intrinsecamente, norma essa que pode ser justificada pelo primeiro princípio da ética normativa. Já na bioética especial, tenho trabalhado a partir do referencial dos quatro princípios *prima facie* (respeito pela pessoa, não-maleficência, beneficência e justiça), reduzindo-os, recentemente, aos conceitos de cuidado e respeito e estes ao de cuidado respeitoso e aplicado a uma série de problemas do início da vida (pesquisas com células tronco, fertilização *in vitro* com seleção de embriões, engenharia genética em células germinativas humanas, interrupção de gestações etc.), meio (qualidade de vida, xenotransplantes etc.) e fim da vida (suicídio assistido, formas de eutanásia etc). Em geral, sou conservacionista com relação ao início da vida e liberal em relação ao final. Esses temas, todavia, necessitam urgentemente de mais reflexão ética, por exemplo, sobre a possibilidade recentemente criada de modificação do genoma humano a partir de técnicas

de engenharia genética tais como o CRISP-cas9 e outras similares. Uma questão fundamental aqui é esta: devemos usar essa técnica apenas para fins terapêuticos ou também para melhoramento efetivo da nossa condição humana em seus aspectos cognitivos, psíquicos e até mesmo morais? Em outros termos, podemos usar a técnica para fins eugênicos? Tenho recusado a crítica habermasiana centrada na ética da espécie, mas talvez seja realmente o caso de pensarmos até que ponto queremos caminhar no sentido de um mundo pós-humano. Vários outros subdomínios da ética aplicada estão envolvidos na discussão dessa questão, por exemplo, desde o ponto de vista da neuroética, é permissível incrementar o desempenho do cérebro de futuras gerações? As questões práticas, enfim, multiplicam-se e precisamos de uma ética solidamente fundada na metaética e esta na própria filosofia.

A ecoética e a zooética também têm colocado profundos questionamentos morais. A visão tradicional que instrumentaliza a natureza precisa ser, certamente, superada e o meio-ambiente valorado pelo que ele contém, por exemplo, a sua biodiversidade. Desse modo, precisamos urgentemente combater os efeitos do aquecimento global, via Estado mundial, pois o acordo COP21 foi insuficiente e talvez tenha vindo tarde demais, sob risco de colocarmos a nossa existência e a de milhares de outras espécies em perigo de extinção. As políticas públicas baseadas nos 3Rs (Reduza, Reutilize e Recicle) têm ajudado, mas precisamos mais do que isso para efetivamente *cuidar* de nosso planetinha azul. Da mesma maneira, os 3Rs da zooética (substitua –do inglês *Replace*–, Reduza e Refine) tem evitado muito sofrimento animal, mas já é hora de efetivamente priorizarmos a substituição nas pesquisas científicas envolvendo animais não-humanos, principalmente, no âmbito do ensino. Penso que uma política bem-estarista de criação animal também está eliminando muito sofrimento nas grandes fazendas e, juntamente com a preocupação com o desmatamento excessivo, tem que nos fazer repensar o modo como nos alimentamos, embora não leve necessariamente ao vegetarianismo. Este parece ser louvável, mas não obrigatório numa Moral-CP.

Não são somente os outros animais que nos colocam várias questões de ética aplicada. A roboética, hoje, enfrenta vários dilemas morais e num futuro não muito distante conviveremos com agentes artificiais que precisam ser planejados e produzidos dentro de rigorosos padrões éticos que podem ser derivados da moral acima apresentada, por exemplo, de respeito recíproco entre humanos e agentes artificiais. Tenho defendido o fim dos *robôs matadores* e de seu uso militar e discutido a criação de robôs *cuidadores* mais uma vez aplicando a ética acima apresentada. Todavia, como estou, aqui, entrando

no campo da especulação sobre o que poderá acontecer ou não, é melhor deixar os problemas abertos para trabalhos futuros.

Considerações finais

Este Memorial Descritivo apresentou o meu desenvolvimento intelectual e as minhas principais atividades como professor universitário. Na primeira parte, reconstitui a minha formação filosófica desde o Seminário Aparecida, ou seja, do despertar do meu interesse pela filosofia, passando pela Graduação e Especialização em Filosofia e início do magistério, na UCS, até a realização do concurso de Ética na UFSC e o final do doutorado (PhD), na Inglaterra. Na segunda parte, mostrei a consolidação da minha carreira acadêmica, primeiro, com a retomada das atividades na UFSC entre 2000-2006; segundo, com a realização do primeiro pós-doutorado, em Ann Arbor, Michigan, onde iniciei a elaboração do cognitivismo prático; terceiro, com o foco centrado na pesquisa e pós-graduação entre 2007 e 2014; quarto, com a realização do segundo pós-doutorado, em Oxford, UK, onde apliquei o cognitivismo prático às questões bioéticas e, finalmente, apontei para a repercussão internacional da minha carreira acadêmica de 2016 em diante.

Parece uma história de sucesso, mas não deixo de ter minhas frustrações. A principal delas é de ter sido, acima de tudo, um *professor* de filosofia e menos um filósofo. Na terceira parte, revelei minha visão atual da filosofia. Não reivindico originalidade, mas apenas uma concepção específica do filosofar. Conforme foi visto, apresentei uma visão sistemática de um pensamento e, ao mesmo tempo, de um modo de vida baseados na função *protagonista* da filosofia enquanto busca de sabedoria, isto é, no *saber-como* agir corretamente e viver bem (e não em mitos, dogmas, preconceitos, meras crenças, ideologias etc.) que, reconhecendo a nossa finitude –tal como ela é, por exemplo, expressa nos limites do conhecimento enquanto saber-que–, leva ao *agnosticismo* na metafísica evitando, desse modo, tanto o cientificismo (embora reconheça que o conhecimento tecnocientífico é a melhor realização da nossa racionalidade instrumental) quanto o fundamentalismo religioso (conquanto valorize a experiência mística e a fé no transcendente) e, por conseguinte, é necessariamente pluralista sem cair no *relativismo extremo*, pois procura construir *uma moral comumente partilhável* baseada epistemicamente no *cognitivismo prático*, ou seja, na capacidade adquirida de seguir normas (e num primeiro princípio ético que justifica regras e virtudes) não sendo, por conseguinte, *cético*, e preenchida com conteúdos de valoração intrínseca, a saber, do *cuidado* ao bem-estar de indivíduos vulneráveis (o qual tem prioridade ontológica) e do *respeito* aos direitos inerentes à pessoa (que possui prioridade lógica) os quais são, enfim, capazes de fundamentar o *Estado Democrático de Direito* e institucionalizar um Estado

com sistemas públicos de saúde, educação e segurança para que todas as pessoas alcancem seus projetos de vida e proteja pessoas deficientes, governado por uma *democracia agonística*, tanto local quanto globalmente, enfrentando os desafios práticos colocados pela bioética, ecoética etc. e capaz de realizar, concomitantemente, o bem pessoal e o comum superando assim a *agonia* existencial e, portanto, produzindo um mundo mais belo, justo e feliz. Nos próximos anos, gostaria de poder desenvolver essa filosofia. Quiçá possa agora, depois de tornar-me titular, dedicar-me mais ao genuíno filosofar.